



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ENIO RAMOS SACRAMENTO

**O ESTADO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DO
MARXISMO LATINO-AMERICANO DE AGUSTÍN CUEVA E RUY MAURO
MARINI**

SÃO CRISTÓVÃO

2023

ENIO RAMOS SACRAMENTO

**O ESTADO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DO
MARXISMO LATINO-AMERICANO DE AGUSTÍN CUEVA E RUY MAURO
MARINI**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal de Sergipe, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco

SÃO CRISTÓVÃO

2023

ENIO RAMOS SACRAMENTO

**O ESTADO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DO
MARXISMO LATINO-AMERICANO DE AGUSTÍN CUEVA E RUY MAURO
MARINI**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 12 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco
Orientador - Universidade Federal de Sergipe

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento
Examinadora externa - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp - Marília)

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro
Examinador interno - Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais, Eliana e Eugênio, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

No espaço deste trabalho, aproveito para expressar um pouco do agradecimento que tenho e não consigo expressar totalmente em palavras

Aos meus pais, pois sem eles eu não estaria aqui. Não — somente — por questões biológicas, mas por todo apoio que eles tem me dado, ajudando na permanência em uma Universidade localizada a quilômetros de distância, mobilizando os recursos, que não são muitos, para que eu pudesse chegar até aqui. *Sem eles eu não estaria aqui.*

A minha querida Anne, por todo afeto, compreensão e apoio de sempre. Além de me mostrar cada dia o quanto de possibilidades e felicidades podemos ter na vida.

Aos meu orientador, professor Thiago, que tem apoiado e confiado em mim ao longo dos anos, permitindo que eu participe de seus projetos — a Iniciação Científica (IC); o Grupo de Apoio à Leitura; o grupo de estudos sobre o Imperialismo, o Rosa Vermelha; e na monitoria de 4 disciplinas suas —, além da disponibilidade para a conversa e aconselhamentos que atravessam o ensino e servem para toda vida.

Aos professores e professoras do Departamento de RI, os quais passaram ensinamentos que carregarei por esta vida. Agradeço especialmente aos professores Geraldo, Cairo, Érica e Bárbara. Os dois primeiros, além de sempre atenciosos comigo, possuo carinho especial por chegarem no Departamento no mesmo ano que entrei no curso. Às professoras Érica e Barbara por terem me dado a oportunidade de atuar em algumas de suas iniciativas, IC e na monitoria de PEB II.

Aos meus amigos que conheci na UFS, por terem me permitido suas amizades e entenderem meus momentos de reclusão. Sou muito grato por compartilhar esses anos com vocês, Aanne, Adler, Bárbara, Brena, Ellen, João Pedro, Maria, Matheus, Neto, Paula e Rafaela. A todos não tenho palavras para expressar minha gratidão.

Às pessoas e colegas de turma com quem convivia o longo desses anos de graduação e que certamente marcaram a minha trajetória.

Aos funcionários e funcionárias da Universidade Federal de Sergipe, que contribuem para manter nos eixos essa grande instituição mesmo quando falta parafuso no estoque.

Por fim, à Universidade Federal de Sergipe, uma instituição de ensino público e de qualidade que desenvolvi um carinho enorme ao longo desses anos e que defenderei sempre. Acredito que ter conseguido aproveitar todas as oportunidades que a universidade pública oferece: o espaço, as amizades, o ensino, a pesquisa e a extensão.

À todos estes, meu mais sincero agradecimento.

“La tesitura de nuestro ser, como la de todo ser histórico, está necesariamente constituida por contenidos universales y formas singulares, que en su compleja trabazón dialéctica conforman la particularidad, o sea, la verdadera identidad de América Latina”

(Agustín Cueva)

RESUMO

O presente trabalho procura analisar as potenciais contribuições teóricas do marxismo-latino americano a partir das elaborações realizadas sobre o Estado por Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini. O Estado é apresentado na maioria dos manuais de Relações Internacionais (RI) como o ente mais importante entre os atores das relações internacionais, permeando os principais objetos de análise da disciplina. Contudo, como conceito ou instituição, poucos são os trabalhos teóricos que se aprofundaram em analisá-lo, fazendo com que sua definição seja considerada dada e baseada na clássica definição que o Estado é uma totalidade nacional-territorial que detém o monopólio legítimo da violência e da produção e revogação de leis. Dito isso, para sua realização, o trabalho possui uma abordagem qualitativa de análise realizada por pesquisa bibliográfica com revisão sistemática de literatura como meio de auxílio para responder ao questionamento de como os escritos dos pensadores marxistas latino-americanos tomados como exemplo podem contribuir para o estudo das RI. Sobre isso, acreditamos que a partir das reflexões desses autores, tais análises materialistas históricas podem oferecer um arcabouço teórico para pesquisa sobre as características dos Estados, especialmente os considerados dependentes, sua organização interna do poder e das classes sociais, influenciando assim as assimetrias e contradições das relações internacionais.

Palavras-chave: Estado; Marxismo; América Latina; Teorias das Relações Internacionais.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the potential theoretical contributions of Latin American Marxism based on the elaborations on the state by Agustín Cueva and Ruy Mauro Marini. The state is presented in most manuals of International Relations (IR) as the most important entity among the actors of international relations, permeating the main objects of analysis of the discipline. However, as a concept or institution, few are the theoretical works that have deepened in analyzing it, causing its definition to be considered given and based on the classic definition that the State is a national-territorial totality that detains the legitimate monopoly of violence and the production and repeal of laws. That said, for its realization, the work has a qualitative approach of analysis carried out by bibliographic research with systematic literature review as a means of helping to answer the question of how the writings of Latin American Marxist thinkers taken as examples can contribute to the study of IR. In this regard, we believe that based on the reflections of these authors, such historical materialist analysis can offer a theoretical framework for research on the characteristics of states, especially those considered dependent, their internal organization of power and social classes, thus influencing the asymmetries and contradictions of international relations.

Keywords: State; Marxism; Latin America; International Relations Theories.

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar los potenciales aportes teóricos del marxismo latinoamericano a partir de las elaboraciones sobre el Estado de Agustín Cueva y Ruy Mauro Marini. El Estado es presentado en la mayoría de los libros de texto de Relaciones Internacionales (RI) como la entidad más importante entre los actores de las relaciones internacionales, permeando los principales objetos de análisis de la disciplina. Sin embargo, como concepto o institución, pocos son los trabajos teóricos que han profundizado en su análisis, haciendo que su definición se considere dada y basada en la definición clásica de que el Estado es una totalidad nacional-territorial que detenta el monopolio legítimo de la violencia y la producción y revocación de las leyes. Dicho esto, para su realización, el trabajo tiene un enfoque cualitativo de análisis llevado a cabo por la investigación bibliográfica con revisión sistemática de la literatura como medio de ayuda para responder a la pregunta de cómo los escritos de los pensadores marxistas latinoamericanos tomados como ejemplo pueden contribuir al estudio de las RI. En este sentido, creemos que a partir de las reflexiones de estos autores, dicho análisis histórico materialista puede ofrecer un marco teórico para la investigación sobre las características de los Estados, especialmente los considerados dependientes, su organización interna de poder y las clases sociales, influyendo así en las asimetrías y contradicciones de las relaciones internacionales..

Palabras clave: Estado; Marxismo; América Latina; Teorías de las Relaciones Internacionales.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 17 |
| 1.1. O ESTADO NO REALISMO | 19 |
| 1.2. O ESTADO NO LIBERALISMO | 21 |
| 1.3. O ESTADO NO CONSTRUTIVISMO | 23 |
| 1.4. O ESTADO NO MARXISMO | 24 |
| 2. ABRINDO A CAIXA-PRETA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NA AMÉRICA LATINA | 26 |
| 2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO A PARTIR DE RUY MAURO MARINI | 28 |
| 2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO A PARTIR DE AGUSTÍN CUEVA | 38 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS | 50 |

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as perspectivas teóricas marxistas são de longa tradição e influência nos campos da Ciência Política e da Economia, em que, de forma muito resumida, são abordagens que buscam oferecer uma visão ampla e global das relações sociais e suas transformações, das condições de produção e da luta de classe na evolução do capitalismo. Além disso, como aponta Fred Halliday (2007, p. 65), “no marxismo, procura-se identificar a historicidade, ou seja, as condições de origem e de reprodução de uma sociedade ou ideia”.

Nas Relações Internacionais (RI)¹ obras como as de Karl Marx e Friedrich Engels; as interpretações acerca do imperialismo desenvolvidas por autores como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo e, o mais célebre, Vladimir Lênin; as formulações de Antonio Gramsci sobre bloco histórico e a hegemonia; bem como diversas teorias do Estado e da política, possuem uma grande influência em trabalhos renomados, tanto de projeção global, a exemplo de Fred Halliday, Justin Rosenberg, Robert Cox, Stephen Gill; quanto de projeção nacional como Caio Bugiato e Tatiana Berringer, entre outros. No entanto, as correntes marxistas por certo tempo, foram relegadas do campo de estudo, principalmente nos primeiros “grandes debates” da disciplina.

O afastamento ocorre em boa parte por conta de críticas que enquadram as correntes marxistas como “utópicas”, por, supostamente, serem incapazes de enxergar a realidade “como ela é”, além de serem atribuídas como “economicistas”, “reducionistas” e “sem teorização sobre o Estado” (cf. MORGENTHAU, 2003). A exemplo, temos Kenneth Neal Waltz (2002), ao elencar o que seriam para ele “teorias reducionistas”, utiliza a teoria do Imperialismo de Lênin como um de seus principais casos, e afirma que ela possui um escopo de análise simplista e insuficiente para ser trabalhada em grande escala, visto que, ainda segundo Waltz, concentra as causas da guerra nos aspectos nacionais ou individuais. Em mesmo tom, Martin Wight (1960) direciona críticas a Marx e a Lênin, afirmando que eles não efetuaram nenhuma contribuição sistemática para a “teoria internacional”. Nos termos de Wight,

[...] nem Marx, nem Lênin ou Stalin realizaram qualquer contribuição sistemática à teoria internacional; o *Imperialismo* de Lênin é o mais próximo de tal coisa, e isto tem pouco a dizer sobre política internacional. A ausência da teoria internacional

¹A diferenciação pelo uso das letras maiúsculas e minúsculas é comumente utilizado para em “Relações Internacionais” indicar o campo de estudo e em “relações internacionais” se referir à interação entre os Estados e demais atores internacionais.

marxista tem uma importância mais ampla do que tornar difícil recomendar a leitura a um estudante de graduação que queira estudar os princípios da política externa comunista nas fontes originais. Ela cria a obscuridade, tão frutífera para os próprios comunistas, sobre o que estes princípios realmente são: para que somente um especialista soviologista possa discutir utilmente o que Lênin realmente disse (e onde) sobre a inevitabilidade do conflito entre os campos socialistas e capitalistas, e como esta doutrina foi revista por Malenkov e Khrushchev [...] (WIGHT, 1960, p. 42, grifo do autor, tradução nossa)².

O distanciamento das abordagens marxistas com as Relações Internacionais também é explorado por Halliday (1987), que aponta fatores como: a rejeição compartilhada, anglo-americana, do marxismo; o desenvolvimento do campo de estudo após a Segunda Guerra em clima de Guerra Fria; o silenciamento das abordagens em ciência política e economia convencionais que baseou boa parte das Relações Internacionais; as pressões institucionais de uma disciplina com preocupação em fatores de ordem metodológica de interpretação restrita; e a preferência dos apoiadores e patrocinadores oficiais.

Como afirma Caio Bugiato (2020), é possível encontrar manuais de Teoria de Relações Internacionais que apontam o marxismo como pertinente ou uma possível teoria na área. Nesse quesito, se destacam as chamadas correntes “neomarxistas” e “neogramscianas”, as quais são comumente enquadradas no escopo das Teorias Críticas - em que encontramos tanto as perspectivas apresentadas pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), Teoria das Trocas Desiguais e a Teoria do Sistema-Mundo - quanto às contribuições realizadas por autores que buscam incorporar os postulados de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Esse conjunto de vertentes busca *mais do que explicar e descrever as Relações Internacionais*, possuem o intuito, segundo Pedro Mendes (2019), de desconstruírem criticamente as *estruturas e os sistemas de poder dominantes*. Para ele,

com efeito, apesar da sua diversidade relativa, todas estas abordagens partilham um espaço crítico comum, nomeadamente face às relações e estruturas de poder dominante que condicionam as formas de fazer a política e a ciência em RI. Ou seja, todas estas teorias partilham o carácter crítico/normativo/político de quererem transformar/mudar as atuais relações de poder entre os dominados e os dominadores, numa perspectiva emancipatória (MENDES, 2019, p. 19).

²No original: Neither Marx, Lenin or Stalin made any systematic contribution to international theory; Lenin's *Imperialism* comes nearest to such a thing, and this has little to say about international politics. The absence of Marxist international theory has a wider importance than making it difficult to recommend reading to an undergraduate who wants to study the principles of Communist foreign policy in the original sources. It creates the obscurity, so fruitful to the Communists themselves, about what these principles actually are: so that only an expert soviologist can usefully discuss what Lenin really said (and where) about the inevitability of conflict between the socialist and capitalist camps, and how this doctrine has been revised by Malenkov and Khrushchev [...] (WIGHT, 1960, p. 42).

Portanto, mais do que se dirigirem ao *campo de estudo* das RI, procuram atuar sobre as próprias relações internacionais. Dito isso, o entendimento do que se compreende por *teoria* nos parece fundamental, visto que, citando Robert Cox (1981), toda teoria serve a alguém e a algum propósito.

Waltz (1979), por exemplo, defende o argumento de que teorias simplificam a realidade, atuando como ferramentas que auxiliam na localização e identificação de objetos de interesse e, dessa forma, são enunciados que nos explicam coisas sobre o mundo ao associar variáveis e determinar porque elas acontecem. Do mesmo modo, Mark Kauppi e Paul Viotti (2020), apontam que as teorias servem para facilitar o entendimento do mundo por meio da explicação causal fundamentada em condições e acontecimentos anteriores. Outra definição que se assemelha a essas é proposta por James Dougherty e Robert Pfaltzgraff (2001), que definem a teoria como uma reflexão sistemática sobre os fenômenos, visando explicá-los e mostrando como relacioná-los. Por fim, a colocação de Raymond Aron (1967) sobre uma teoria para as relações internacionais, vale ser destacada, pois, é sugerida a *praxeologia*, ou seja, a teoria da prática, além de reconhecer o caráter eminentemente *histórico* das relações internacionais a ser considerado nas análises.

Realizada essa explanação geral, em que notamos profundas diferenças entre o marxismo e as concepções de teoria mais influentes em nosso campo, esse trabalho adota uma abordagem que se identifica no âmbito das correntes teóricas marxistas das Relações Internacionais, visando expandir as lentes teóricas ao analisar contribuições marxistas latino-americanas para o campo estudo, principalmente através do resgate de conceitos formulados por dois autores marxistas: o brasileiro Ruy Mauro Marini e o equatoriano Agustín Cueva Dávila. Cumpre anotarmos que ambos os autores desenvolveram seus trabalhos se valendo do método materialista histórico para analisar as características dos Estados latino-americanos no contexto do capitalismo global, mas as abordagens e análises desses autores, sobretudo Marini, costumam ser associadas aos estudos das Teorias Marxistas da Dependência (TMD), à Economia e/ou à Economia Política Internacional (EPI), mas não costumam ser compreendidas como Teoria de Relações Internacionais (TRI).

Nos valendo das afirmações de Mendes (2019), concordamos que as Relações Internacionais devem se abrir para considerações teóricas que vão além dos embates entre os *ismos* que dominaram por muito tempo a produção teórica do campo. Sendo assim, é preciso que sejamos mais inclusivos e abertos a perspectivas e definições que possibilitem que o

campo de estudo avance e que seus estudiosos possam ter maior liberdade, em menor ou maior grau, para saírem do “castelo paradigmático” (MENDES, 2019).

Em entrevista concedida a George Souvlis e Aurélie Andry, o teórico marxista alemão Benno Teschke, reflete se o marxismo precisa das Relações Internacionais (TESCHKE, 2016). Ao ser perguntado sobre o impacto de pressupostos marxistas para a redefinição de conceitos e categorias tidas como absolutas na área, Teschke afirma que as Relações Internacionais são um grande desafio para o marxismo, e devem ser vistas mais como *problemática* do que como *disciplina*. Segundo ele, Karl Marx não teria sistematizado um pensamento sobre as relações internacionais, o que faz com que, para poderem se reapropriar do campo e trabalhar os problemas das Relações Internacionais no marxismo, os adeptos da corrente precisem retornar aos escritos de Marx, bem como os de outros marxistas. (TESCHKE, 2016).

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a resgatar as contribuições de autores marxistas latino-americanos que não possuem escritos sistemáticos ou diretamente ligados às Relações Internacionais, com intuito suscitar que as categorias desenvolvidas em suas reflexões possam ser pensadas na disciplina, através dessas análises que se baseiam movimentos profundos da história, que no nosso, caso a ideia de Estado, o principal ator das RI. (cf. VIGEVANI et al., 2011)

Assim sendo, o trabalho tem como ponto de partida para a uma indagação sobre a possibilidade de compreender os escritos de pensadores marxistas latino-americanos, nomeadamente, Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva, na contribuição para o campo de estudo das Relações Internacionais. Nossa hipótese é que a partir das reflexões acerca dos escritos dos autores citados, tais análises materialistas históricas podem oferecer um *arcabouço* explicativo para as características dos Estados, sobretudo aos dependentes, sua organização interna do poder e das classes sociais, refletindo assim as assimetrias e contradições das relações internacionais. Portanto, as elaborações desses autores se dirigem diretamente aos objetos principais de nosso campo (o Estado e o sistema de Estados), não havendo motivo para serem rejeitados como se fossem impertinentes às RI.

Como diremos ao decorrer do trabalho, a ideia de Estado, apesar de muito central, pouco é desenvolvida de fato nas RI até mesmo nas principais correntes teóricas estado-cêntricas existentes no campo. Essa negligência não impediu que o campo se

desenvolvesse, o que questionamos neste trabalho é tratar essa noção como simplesmente algo já resolvido, algo “autoevidente” e/ou alto-explicativo”. Outra indagação suscitada é o porquê dessa concepção ser tratada assim, pois com o domínio do realismo durante a conformação da disciplina e o Estado sendo colocado no centro de toda a dinâmica internacional, sem questionamentos a respeito de suas características internas, sua formação histórica enquanto elemento regulador das atividades domésticas e o quanto isso reflete na sua atuação no sistema internacional foi deixado de lado e tratado como questões de menor importância. Algo que ocorre até mesmo nas principais correntes críticas as postulações realistas como veremos a seguir.

Para defender a hipótese que apresentamos acima, o trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa de análise realizada por pesquisa bibliográfica com revisão sistemática de literatura, segue a seguinte organização. A revisão sistemática de literatura permite elaborar uma discussão seletiva da literatura a respeito do tema proposto e pontuar os conceitos e eventos importantes para que o argumento desenvolvido se situe no campo de pesquisa no qual o estudo se insere (PRODANOV; FREITAS, 2013; SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019). A princípio, no capítulo 1, elencamos considerações que se destacam nas principais correntes teóricas estadocêntricas da disciplina. Por meio de uma revisão bibliográfica, primeiramente abordamos sobre a centralidade histórica do Estado na formação das RI, em seguida investigamos a conceituação do termo nas a partir de algumas teorias; nas perspectivas realistas, principalmente, de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz; nas abordagens liberais, sobretudo com base no trabalho de John Hobson; no conjunto de considerações que aparecem no pensamento construtivista de Alexander Wendt e a ideia de Estado como ser humano; e, por fim, nas abordagens marxistas, apresentando a contribuição de Fred Halliday e a interpretações baseadas em Nicos Poulantzas.

No capítulo 2, apresentamos o cerne de nossas investigações, a exploração das considerações dos pensadores marxistas latino-americanos a respeito do Estado. Nosso trabalho encontra algo comum em suas análises, além da aplicação de um método materialista-dialético para compreender a realidade é a aceção do Estado como “dependente” o qual o papel histórico das classes dominantes na esfera domésticas e internacionais, atuantes no sistema capitalista, definem a formação e constituição desses países, além de poder determinar suas atuações políticas tanto internas, quanto externas.

Finalmente, conclui-se que o resgate de contribuições teóricas como as levantadas no trabalho para compreender o conceito de Estado de modo mais aprofundado, possibilita que análises que mobilizem o referido conceito em Relações Internacionais sejam mais precisas e detalhadas. Ao analisar o Estado latino-americano, os a

utores fornecem elementos que vão além do que a definição tradicional corriqueiramente adotada pode fornecer. Em nosso caso, foi possível revelar a “caixa-preta” do Estado na América Latina ao destacar seu caráter dependente, suas relações de dominação no de classe e sua função e identidade perante ao sistema capitalista.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apresentado na maioria dos manuais da disciplina de RI como o ente de maior importância dentre os atores das relações internacionais, o Estado permeia os principais objetos de análise das mais variadas correntes do campo, e é central para as perspectivas realistas - tidas como as dominantes ou *mainstream*. Porém, como afirma Peter Stirk (2015, p. 1), essa “centralidade não precisava ser acompanhada pelo paradoxo de sua negligência”, porque como conceito ou instituição, ao longo do desenvolvimento do campo, poucos foram os trabalhos teóricos que se aprofundaram em sua análise (HALLIDAY, 2007; BUGIATO, 2017). Nota-se que essa carência no aprofundamento de análise igualmente ocorre com a noção de “poder” também considerada umas das mais importantes para o estudo da política e relações internacionais (BALDWIN, 2016). Além disso, sua definição é considerada dada e baseada na explicação clássica, derivada de Max Weber, que o Estado é uma totalidade nacional-territorial que detém o monopólio legítimo da violência e da produção e revogação de leis.

[...] o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que "território" é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do "direito de usar a violência" (WEBER, 1982, p. 98, grifo do autor).

Como destaca Stirk em “The Concept of the State in International Relations” (2015), essa definição, que ganhou força com a noção vestfaliana de Estados soberanos e juridicamente iguais, tem sido contestada e considerada historicamente obsoleta desde o fim da Guerra-Fria, um período o qual o estudo das Relações Internacionais ganharam forma como disciplina e o Estado ganhava papel central no estudo da política desde um período anterior.

Ainda que existam críticas à sua centralidade, o Estado aparece como uma unidade de análise comum entre as correntes teóricas das RI. Como explicaremos a seguir, ele possui uma maior importância teórica para definições das correntes realistas e liberais, mas até as perspectivas críticas, pós-modernas e feministas possuem vertentes que analisam o Estado, mesmo que para sua desconstrução total ou de suas práticas (LAKE, 2008). David Lake (2008), reconhecendo as críticas e os debates em torno de sua centralidade, ainda defende o Estado como algo inescapável para as análises das relações internacionais.

É provável que os Estados continuem sendo atores centrais na política mundial. Como tal, eles são necessários para qualquer explicação das relações internacionais. Os críticos da teoria centrada no Estado fazem observações importantes. As teorias centradas no Estado podem ser enganosas quando os interesses domésticos são altamente divididos e sua soberania interna é altamente limitada. Os acadêmicos devem ser cuidadosos ao especificar quando os Estados provavelmente serão importantes, em vez de presumir que seu papel no mundo real e em nossas teorias seja constante. No entanto, dado o papel crucial dos Estados na política internacional e a necessidade pragmática de criar explicações parcimoniosas, porém poderosas, a teoria centrada no Estado continuará a ser uma ferramenta valiosa - na verdade, indispensável - para os acadêmicos que buscam entender o mundo em que vivemos. Os acadêmicos que ignoram o Estado o fazem por sua conta e risco, já que nenhuma análise das relações internacionais pode prescindir dele. Mesmo assim, a agenda de pesquisa continua empolgante e promete melhorar nossa compreensão da política mundial de maneiras novas e potencialmente importantes (LAKE, 2008, p. 15, tradução nossa)³.

Como dito anteriormente, as RI se tornou uma disciplina junto ao advento da centralidade estatal e consolidou sua produção teórica a partir desse marco, assim sendo, o questionamento sobre o papel de protagonista no campo de estudo e sua conceitualização é também uma contestação a disciplina em si e como ela se desenvolveu (BARTELSON, 1988). Essa contestação deve ser crítica e bem articulada, pois pensar em “o que é o Estado?”, é acompanhado de projeções e imaginações sobre o que este ente pode ser ou representar, dependendo da região e período histórico, por exemplo. Sendo assim, o que seria mais interessante: um conceito mais estável ou um mais fluido?

Apesar de não ser de nosso interesse adentrar nesse debate, considerar o Estado como uma noção polissêmica como faz Katharina Höne nos parece interessante para os propósitos de nosso trabalho. A autora se baseia na construção histórica da ideia, passando por diferentes correntes e perspectivas realizada por David Held em “Political Theory and Modern State”, para argumentar que “uma maneira de explicar a ausência de uma base comum em relação ao que falamos quando tratamos sobre o Estado é, como faz Held, argumentar que o termo é

³ No original: States are likely to remain central actors in world politics. As such, they are necessary to any explanation of international relations. The critics of state-centric theory make important points. State-centric theories can be misleading when domestic interests are highly divided and their internal sovereignty is highly constrained. Scholars should be careful in specifying when states are likely to be important rather than assuming that their role in the real world and in our theories is constant. Yet, given the crucial role of states in international politics and the pragmatic need to build parsimonious yet powerful explanations, state-centric theory will continue to be a valuable—indeed, indispensable—tool for scholars seeking to understand the world in which we live. Scholars who ignore the state do so at their peril, since no analysis of international relations can do without it. Even so, the research agenda remains exciting and promises to improve our understanding of world politics in new and potentially important ways (LAKE, 2008, p. 15).

polissêmico. Quando falamos sobre o Estado, geralmente nos referimos a fenômenos políticos bastante díspares (HÖNE, 2014, p. 20, tradução nossa)⁴”.

Considerando a condição conceitual sobre o Estado nas RI, buscaremos, a partir do resgate do marxismo latino-americano, apresentar compreensões alternativas sobre ele, procurando evitar cair em essencialismos que desvirtuem as possibilidades teóricas a serem abertas por análises que considerem o contexto socioeconômico internacional, regional e interno. Antes disso, expomos a forma pela qual o debate teórico sobre o Estado tem se desenvolvido nas RI em distintas correntes teóricas: realista, liberal, construtivista e marxista.

1.1. O ESTADO NO REALISMO

Para as perspectivas realistas, que assim como todas as outras correntes teóricas se dividem em várias vertentes, os Estados, atores mais importantes das relações internacionais, de forma geral, são racionais e buscam o poder bem como a segurança própria. As considerações dos realistas sobre a ideia de Estado são bastante influenciadas pela filosofia política de Maquiavel, Weber e Hobbes, que consideram a formação estatal como um mecanismo de solução de problemas, especialmente de ordem doméstica (LAKE, 2008). A contribuição do realismo político de Hans Morgenthau se destaca como um exemplo, pois ela dedica esforço na definição do que ele chama de “Estado mundial” e à separação de um âmbito nacional *pacífico* do *instável* ambiente internacional. Em sua análise, tal distinção pode ser compreendida pela existência de um ente, o Estado, com capacidades coercitivas em uma sociedade regida por leis no âmbito doméstico, frente a uma sociedade anárquica em que inexistente um ator que se sobressaia aos demais. Desse modo, a forma de se alcançar a paz internacional seria com a fundação de um Estado mundial (MORGENTHAU, 2003; cf. BERRINGER, 2017; BUGIATO, 2017).

Assim, a referida paz e ordem seria possível porque o Estado garante três condições: um poder avassalador que impede ameaças à ordem e à paz; lealdades supra-seccionais (que são a união de grupos sociais antagônicos entre si pelo bem da nação, pois eles se identificam e compartilham a mesma história, língua e cultura); e a expectativa de justiça que diz respeito à possibilidade dos distintos grupos sociais de terem seus interesses parcialmente satisfeitos

⁴ No original: One way to explain the absence of a common ground regarding what we talk about when we talk about the state is, as Held does, to argue that the term is polysemic. When speaking about the state, we are often referring to quite disparate political phenomena (HÖNE, 2014, p. 20).

(MORGENTHAU, 2003). Desse modo, Morgenthau (2003) explica que o Estado é um nome alternativo para a organização compulsória da sociedade, ou seja, o Estado consegue determinar as condições para a utilização da violência organizada em prol da ordem e da paz. Além disso, possui outras funções e condições para a manutenção desses objetivos. Nas palavras de Morgenthau,

são três as suas funções, no que diz respeito à manutenção da paz doméstica: (1) O Estado propicia a continuidade legal da sociedade nacional, o que permite ao indivíduo sentir a nação como algo contínuo no tempo e no espaço, como se fosse uma personalidade em cujo nome os homens agem, que exige e recebe serviços e concede benefícios, e em relação à qual é possível sentir lealdades que normalmente são dirigidas somente aos poucos outros grupos sociais, com exceção da família e da igreja. (2) O Estado proporciona a maioria dos órgãos institucionais e processa as mudanças sociais. (3) o Estado dispõe dos órgãos necessários para a implementação compulsória de suas leis (MORGENTHAU, 2003, p. 916).

Apesar dessa tentativa de Morgenthau de abordar sobre o Estado, pouco foi desenvolvido nas abordagens realistas sobre suas características e definição. O ápice dessa “opacidade” em relação ao conceito de Estado é encontrado nas colocações neorrealistas por meio do caminho teórico mais renomado da vertente, a sistematização feita por Kenneth Waltz. Não há como negar o caráter estado-cêntrico da teoria waltziana sobre a política internacional, contudo, por mais sofisticada que seja em definir o que é uma teoria e a estrutura do sistema internacional, Waltz não dedica tempo para abordar o principal ator histórico para os realistas e neorrealistas. Em sua teoria, o Estado aparece quase como um coadjuvante para o que ele antes tinha chamado de terceira imagem, o que organiza a sociedade internacional de Estados, a anarquia (WALTZ, 1978).

Desse modo, o Estado, este ente sem definição, continua a ser entendido pelo que os realistas chamam de “caixa-preta” ou “bola de bilhar”, com intuito de dar ênfase apenas na esfera externas da política estatal, fazendo assim uma separação categórica entre o doméstico e internacional. Assim, o estado é um ente racional, ator unitário e racional agindo de forma homogênea com base no interesse nacional.

A concepção superficial de Estado usada por Morgenthau acabou produzindo nos demais autores da corrente realista uma visão estreita sobre essa categoria. Waltz (1979) chegou a comparar o Estado a uma bola de bilhar, uma estrutura homogênea e maciça. Os realistas tratam a política externa e a política doméstica separadamente, como se a política de defesa, a política industrial e a diplomacia não tivessem relações entre si, não fossem, em alguns casos, um todo contínuo (BERRINGER, 2017, p. 35).

Essa noção limitada de Estado nas correntes realistas só ganha um contorno diferente, segundo Ali Abdi Omar (2013) com o realismo neoclássico que dão um foco maior a política externa considerando, além das variáveis externas como as demais vertentes, as questões domésticas. Ainda, essa vertente considera o poder relativo dos Estados frente às pressões exercidas pelo sistema na condução de suas políticas externas.

O realismo neoclássico centra-se no desenvolvimento de uma descrição muito pormenorizada da política externa de um país. Os realistas neoclássicos, reconhecendo a importância do poder relativo de um Estado na definição das suas intenções, argumentam que, para obter uma visão global mais específica e mais clara da política externa de um Estado, é necessário incluir variáveis ao nível interno para completar a cadeia causal. Por outras palavras, abrir a “caixa-preta” do Estado. A intenção dos realistas neoclássicos não é criar uma grande teoria no que respeita à política internacional. Estão mais interessados em explicar o comportamento da política externa de um Estado específico em qualquer altura e em qualquer situação. Os princípios centrais do realismo neoclássico são que a política externa é o resultado da estrutura internacional, das influências internas e também das relações complexas entre os dois (OMAR, 2013, p. 3, tradução nossa)⁵.

Contudo, mesmo com a pretensão de abrir essa “caixa-preta” e revelar características internas essenciais que muito revelam a atuação em política externa, o realismo neoclássico não se interessa em explorar um conceito de Estado que seja ao menos estável e sirva de referência para as análises que envolvam essa abordagem.

1.2. O ESTADO NO LIBERALISMO

As correntes liberais ganharam força nas RI logo após o término da Guerra Fria, justamente quando a ideia de Estado, como vimos anteriormente, passou a ser contestada e as vertentes realistas perdiam notoriedade. Contudo, nas correntes teóricas do liberalismo, o paradigma estatal seguiu o mesmo, sendo um ator racional e unitário, sendo algo que dispensa caracterizações aprofundadas, ou seja, sem abrir a “caixa-preta”⁶. Porém, o tratamento dado a esse ente no arranjo das relações internacionais difere das perspectivas realistas.

⁵ No original: Neoclassical realism focuses on developing greatly detailed account of a country’s foreign policy. Neoclassical realists, acknowledging the importance of a state’s relative power in shaping its intention, argue that in order to gain a more specific and clearer overall picture of a state’s foreign policy, one must include domestic-level variables to complete the causal chain. In other words, open up the state ‘black box’. Neoclassical realists’ intention is not to create a grand theory with regard to international politics. They are more interested in explaining the foreign policy behaviour of a specific state at any one time and any situation. The central tenets of neoclassical realism are that foreign policy is the result of international structure, domestic influences, and also of complex relations between the two ((OMAR, 2013, p. 3).

⁶ Assim como foi dito a respeito dos realistas, também existem autores e vertentes liberais que se opõem a esta ideia. Por exemplo, Lisa Martin, ao fazer análises de política externa, aponta a necessidade de entender quais aspectos influem sobre a ação estatal, defendendo a necessidade de compreender a atuação do Legislativo no processo. Ver: MARTIN, L. L. **Democratic commitments: legislatures and international cooperation**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

No liberalismo, diferentemente do realismo⁷, outros atores internacionais são reconhecidos como importantes, dando destaque para o papel das instituições e organizações internacionais, deixando de lado a centralidade no Estado, compreendido como um “mal necessário”. Além disso, aceitando a premissa que o sistema internacional é anárquico, as correntes liberais acreditam que, pela natureza racional do Estado em busca da sobrevivência, a insegurança e a possibilidade de guerra são iminentes, mas através das instituições internacionais os Estados podem cooperar em torno de regras, normas e valores que ajudam a mitigar tais riscos (MORAVICS, 1997; KAUPPI; VIOTTI, 2020).

Com intuito de explicar a relação que as teorias liberais possuem com o Estado, John Hobson (2000) após separá-las em cinco variantes dentro de duas categorias — liberalismo centrado no indivíduo e liberalismo centrado no Estado — ele compreende que existem 3 características em comum nessas abordagens ao analisar se referirem a esse ator das relações internacionais. A primeira diz respeito à capacidade do Estado se adaptar socialmente não dependendo apenas das pressões exercidas pela anarquia para agirem, é necessário que as condições e necessidades econômicas e sociais dos indivíduos possam ser atendidas. A segunda versa sobre capacidade dos Estados estabelecerem um mundo mais pacífico, uma vez que a primeira característica é atendida, a lógica de competição e conflito da anarquia, como define os neorrealistas, é subvertida para a lógica da possibilidade de cooperação pelo bem-estar global. Já a terceira e última característica, Hobson (2000) faz defesa de existência das instituições “apropriadas”, sendo elas domésticas e internacionais, para que as duas características anteriores sejam atendidas. Por fim, ele explica que comparado ao neorrealismo, “o liberalismo, em sua maior parte, confere ao Estado menos poder de ação nacional para anular os interesses nacionais, mas graus muito mais altos de poder de ação internacional para reconstituir e moldar a estrutura internacional” (HOBSON, 2000, p. 65, tradução nossa)⁸.

Desse modo, mesmo não encontrando no liberalismo um trabalho dedicado à natureza e às características dos Estados, é possível compreender que as questões domésticas de caráter institucional possuem bastante importância para determinar o comportamento do

⁷ Cabe ressaltar que muitas correntes realistas não negam a existência de outros atores nem suas importância, porém, é claro que o papel de maior importância para a política internacional está centrado no Estado.

⁸ No original: liberalism for the most part endows the state with less domestic agential power to over-ride domestic interests, but much higher degrees of international agential power to reconstitute and shape the international structure (HOBSON, 2000, p. 65).

Estado internacionalmente, sendo que nessa fórmula os interesses internos da sociedade são algo a ser priorizado (MORAVICS, 1997; HOBSON, 2000).

1.3. O ESTADO NO CONSTRUTIVISMO

As abordagens construtivistas nas RI ganharam notoriedade também ao fim da Guerra Fria, mas diferente das perspectivas liberais que apreciavam a atuação e surgimento das instituições internacionais, os construtivistas se posicionaram criticamente a maneira que as abordagens tradicionais focadas no Estado deixavam de lado atuação dos indivíduos. A premissa chave do construtivismo é o mundo ser socialmente construído em relação à realidade e ao conhecimento (HÖNE, 2014). Deste modo, Alexander Wendt (1992), ao explicar a construção social da realidade social com tons de crítica o pensamento neorrealista de Waltz, defende que a estrutura (as crenças e idéias compartilhadas - elementos ideacionais e materiais -, no caso o sistema internacional) não só exerce influência na agência (os Estados e atores com capacidades de agir), mas também sofre ingerência a da agência, conformando-se então um sistema de mútua influência. Por isso, ao invés de acreditarem, como fazem os realistas, de que a anarquia internacional é responsável pelo comportamento dos Estados, os construtivistas afirmam que a anarquia é o que os Estados fazem dela (WENDT, 1992).

Além disso, Wendt e outros construtivistas tratam o Estado como ser um social, podendo ser entendido como um ser humano - *state as person*. Com essa base, assim como os neorrealistas e liberais, o construtivismo compreende o Estado como um ator unitário, uma vez que o um ser humano não pode ser às suas partes (WENDT, 2004; HÖNE, 2014; BARROS, 2017). Com efeito, seguindo a analogia com os indivíduos, a compreensão é que o Estado pode possuir várias identidades que lhe definem, dependendo dos contextos sociais, históricos, políticos e culturais, como também da interação com outros entes estatais.

A identidade, que determina certas disposições motivacionais e comportamentais, caracteriza o que ou quem o ator é. Trata-se de uma qualidade subjetiva que está fundada na compreensão do ator sobre si mesmo. Há também um componente intersubjetivo na identidade, já que ela é afetada pela forma como os outros atores do sistema percebem o Estado. Conforme afirma Wendt, as identidades são formadas a partir de estruturas internas e externas ao Estado (BARROS, 2017)

O Estado nas abordagens construtivistas, então, podem ser definidos conforme a denominação que citamos anteriormente ao falarmos de um ente polissêmico. Por conta da socialização, o compartilhamento de interesses, os contextos que se formam e as pressões que

aplicam e sofrem do sistema, o Estado nada mais seria do que um conceito fluído. Wendt não explica nesses moldes, visto que seu interesse principal é apontar o comportamento estatal, porém, com base na leitura e entendimento que estamos construindo neste trabalho, consideramos a ideia da polissemia como interessante para se referir a ideia de estado como indivíduo.

1.4. O ESTADO NO MARXISMO

Por fim, nas teorias marxistas é sempre recordado que não houve uma sistematização sobre o Estado ou a política por Karl Marx, mas Bugiato (2017) demonstra ser possível inferir por suas obras junto a Friedrich Engels o entendimento de como este ente é uma expressão política da dominação burguesa sobre a sociedade de classes. No entanto, como o marxismo não se limita aos escritos de Marx e Engels, muitos trabalhos em RI buscam resgatar a contribuição sobre o Estado de outros autores, como Vladimir Lênin, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Em nosso trabalho, abordaremos o pensamento deste último sobre a questão.

Trabalhos que se baseiam no pensamento de Poulantzas sobre o Estado como o de Bugiato (2014; 2017) e de Tatiana Berringer (2015), explicam que, para o autor, o Estado é responsável por manter a coesão de uma formação social — a combinação concreta de distintos modos de produção em um mesmo local com a preeminência de um deles — seu funcionamento e reprodução. De acordo com Berringer (2015, p. 63) o Estado “apresenta-se como o representante do interesse geral da sociedade, quando, na verdade, ele organiza o bloco no poder e sufoca e reprime a organização revolucionária das classes dominadas”.

Desse modo, o Estado enquanto instituição não possui um poder próprio, ele tem fundamento na classe dominante, sendo o centro de poder político desta última, ainda que possa agir de forma contrária aos interesses dominantes de modo a manter a coesão da formação social e impedir a sua destruição (BUGIATO, 2014).

Antes de prosseguirmos para a definição dos conceitos estudados, cabe ressaltar uma questão discutida por Halliday sobre a ideia de Estado. Segundo o autor, é necessário ter sempre em mente que os realistas — que em sua abordagem ressaltam a centralidade do Estado nas RI — e os marxistas tratam o Estado de formas distintas (HALLIDAY, 2007). Essa concepção parece ser óbvia por se tratar de matrizes de pensamento distintas, mas ao olharmos como a noção de Estado é utilizada no campo de estudo, a visão realista/neorrealista

desse ator se sobressai frente às demais, sendo por vezes um conceito tido como absoluto. Enquanto os realistas compreendem o Estado como totalidade social-territorial dotado de uma autonomia em relação à sociedade, os marxistas compreendem que o Estado representa uma série de instituições coercitivas e administrativas específicas, além de uma expressão do interesse de classe ou econômico (HALLIDAY, 2007).

Nas correntes anteriormente apresentadas, o sistema capitalista é desconsiderado ao tratar do Estado e da ordem internacional, como mencionamos na introdução teorias que o trabalham em sua análise são por vez consideradas reducionistas e/ou economicistas. Nas análises marxistas, considerar as questões econômicas, bem como o desenvolvimento do capitalismo na formação da sociedade, das classes sociais e, por consequência, do Estado e o sistema internacional é algo central.

Para mais, é mister compreender a ligação do Estado com os aspectos econômicos, sendo que o primeiro possui sua existência fundada na sociedade civil, os espaço da realidade social em que as classes se formam e se contradizem (FALCETTI, 2018). Ainda, como explicamos, o Estado é a representação da classe dominante, mesmo que possua mecanismos que lhe conceba uma “autonomia relativa”, ou seja, o Estado não detém de um bloco hegemônico devido a existências de relações de forças entre as frações de classe dominante e as relações entre os aparelho estatais. Sendo assim, o Estado vive em constante disputas internas que devem ser consideradas ao analisar a atuação e decisões em política externa (POULANTZAS, 2000; BUGIATO, 2014; BERRINGER, 2015; FALCETTI, 2018)

Poulantzas defende que apenas por meio de uma teoria capitalista do Estado que seus mecanismos, contradições e disputas podem ser melhor explicadas, e deste modo como ele se caracteriza:

[...] apenas essa concepção teórica do Estado, apenas essa teoria do Estado capitalista pode explicar as formas diferenciais e as transformações deste Estado. Ela, unicamente, pode articular os efeitos no Estado, ao mesmo tempo das modificações das relações de produção/divisão social do trabalho e modificações nas lutas de classes, mais particularmente lutas políticas. Somente quando se percebe a inserção da dominação política no arcabouço material do Estado enquanto condensação de uma relação de força é que se pode romper com a formação dogmática de gênero “todo Estado capitalista é um Estado da burguesia”, e compreender o complexo papel da luta política na reprodução histórica desse Estado (POULANTZAS, 2000, p. 161)

2. ABRINDO A CAIXA-PRETA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Antes de iniciarmos as considerações sobre as visões dos autores analisados nesta pesquisa, faremos uma breve exposição sobre a caracterização dos Estados na América Latina, sobretudo o Estado capitalista, dependente, partindo principalmente da de tese de Maíra Machado Bichir (2017)

Ao se tratar do Estado nos nossos países latino americanos é preciso considerar o processo histórico e econômico que passa por uma forte experiência colonial e um período de forte repressão e violência imposta pelos governos ditatoriais, sendo movimentos que deram um perfil tanto as suas dimensões internas, quanto nas dimensões externas. Nas palavras de Bichir (2017, 41-42) “trata-se de identificar o processo de integração da América Latina ao mercado capitalista mundial, de um lado, e de compreender a construção das formações sociais latino-americanas, de outro, movimentos que estão intimamente articulados”.

Bichir (2017), defende que a análise de tais Estados devem partir da teoria geral do Estado capitalista, devido à existência de uma estrutura frequente aos Estados capitalistas, uma estrutura jurídico-política de modo de produção. Contudo, esse tipo de análise não tem o objetivo de demonstrar que o Estado formado na América Latina - capitalista e dependente - não é o mesmo formado nos países centrais.

Tal argumento, contudo, não pretende negar ou ocultar a existência de diferenças significativas entre os Estados dos países dominantes e os Estados dos países dominados, mas sim se contrapor à ideia de que o Estado capitalista dependente possui uma estrutura particular e de que seria necessária, portanto, uma teoria do Estado capitalista dependente. Ambos constituem o mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista, que possui uma estrutura jurídico-política própria a esse modo de produção (BICHIR, 2017, p. 42)

Outro fator que não deve ser esquecido ao pensar o Estado na região é a sua localização e situação enquanto periférico, situação a qual determina e condiciona sua função em relação aos Estados centrais. Análises nesse sentido nas Relações Internacionais são conhecidas a partir do trabalho de Immanuel Wallerstein e suas considerações sobre o “sistema-mundo”.

Tendo em vista que o contexto reprodutivo dos países periféricos encontra-se entrelaçado ao mercado mundial, os processos econômicos e os fenômenos políticos não se dão na mesma entidade social, prevalecendo, assim, uma incongruência entre a esfera política e a econômica (BICHIR, 2017, p. 45).

Nas abordagens teóricas da Teoria da Dependência, o Estado nacional como objeto de análise foi alvo de críticas, muitas delas elaboradas por Agustín Cueva, as quais questionava

as contradições em relação ao tom nacionalista (TZEIMAN, 2017). Segundo, Bichir (2017) Vânia Bambirra foi a primeira a tentar esclarecer alguns dos pontos que eram alvos de questionamentos.

Essa mudança, que transforma países e regiões em unidades de análise definitivas e irreduzíveis, também é o que dá um tom marcadamente *nacionalista* à teoria da dependência, não porque a contradição entre os países dependentes e os Estados imperialistas não exista historicamente, o que seria absurdo negar, mas porque um manuseio inadequado da dialética impede que o problema seja colocado em seu devido nível teórico: ou seja, como uma contradição derivada de uma maior, a das classes, e que somente sob certas condições pode vir a ocupar o papel principal (CUEVA, 2015⁹, p. 87, grifo do autor, tradução nossa)¹⁰.

Vânia responde à crítica de Cueva com o resgate de Rosa Luxemburgo e Lênin para demonstrar a importância da questão nacional na autodeterminação dos povos, sendo algo incorporado a luta de classes, que por sua vez é um fenômeno nacional e internacional

Os marxistas devem saber que a luta de classes dentro de uma nação oprimida passa pela luta de classes em nível internacional e, embora ocorra concretamente em nível das sociedades nacionais - o que levanta a questão nacional em toda a sua força -, não está isolada das características e da dinâmica da luta entre as nações oprimidas e opressoras. Portanto, é necessário elucidar a confusão que pode ser gerada, por um lado, ao isolar, privilegiando a "contradição maior", a contradição de classe, em detrimento da contradição entre a nação oprimida e a opressora, e, por outro lado, ao subestimar o fator nacional, ou seja, a maneira pela qual as contradições entre as classes antagônicas se manifestam no nível da sociedade nacional. O raciocínio dialético determina a estreita ligação entre os dois planos da luta de classes. (BAMBIRRA, 1978, p. 54, tradução nossa)¹¹.

A partir dessas discussões, Bichir (2017, p. 60) conclui que o Estado, centro do poder político, representa a dominação de classe “subjacente a tais formações sociais”. Complementa afirmando que a relação entre a questão da classe e a questão do nacional adquire forma nos Estados dependentes por meio da contração do bloco no poder nesses Estados e, por sua vez, pela atuação das frações de classes dominantes estrangeiras. Assim,

⁹ Texto l foi extraído da publicação feita em 1979 pela EDICOL da Academia Mexicana de Letras em 1974.

¹⁰ No original: Este desplazamiento que convierte a los países y regiones en unidades últimas e irreductibles del análisis, es el que confiere, además, un tinte marcadamente *nacionalista* a la teoría de la dependencia, y no porque la contradicción entre países dependientes y Estados imperialistas no se dé históricamente, cosa que sería absurdo negar, sino porque un inadecuado manejo de la dialéctica impide ubicar el problema en el nivel teórico que le corresponde: esto es, como una contradicción derivada de otra mayor, la de clases, y que sólo en determinadas condiciones puede pasar a ocupar el papel principal (CUEVA, 2015, p. 87)

¹¹ No original: Los marxistas deben saber que la lucha de clases en el seno de una nación oprimida pasa por la lucha de clases a nivel internacional y, pese a que aquella se desarrolla concretamente en el ámbito de las sociedades nacionales - lo que plantea con toda fuerza la problemática nacional -, no está aislada de las características y la dinámica que asume la lucha entre la nación oprimida y la opresora. Por tanto, es necesario dilucidar la confusión que puede generar por un lado aislar, privilegiar la ‘contradicción mayor’, de clase, en detrimento de la contradicción entre nación oprimida y opresora y, por otro, la subestimación del factor nacional, es decir, la forma como las contradicciones entre las clases antagónicas se manifiestan en el nivel de la sociedad nacional. El razonamiento dialéctico determina la estrecha vinculación que hay entre los dos planos de la lucha de clases (BAMBIRRA, 1978, p. 54).

por dependência, podemos entender que, além da relação entre Estados, como as relações entre as classes nos níveis internacionais e nacionais.

Esta articulação, que caracteriza o Estado dependente latino americano, também aparece em Theotônio dos Santos ao apontar as relações entre os interesses das classes dominantes imperialistas do exterior e os interesses das classes, que ele chama de “dominantes-dominadas” existentes nos países dependentes (BICHIR, 2017).

Isto posto, partimos para a análise da noção do Estado por meio do marxismo latino-americano presente nos escritos de Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva Dávila. De antemão, cabe ressaltar que além da orientação político-teórica marxista, tais autores partem também da condição periférica e dependente dos Estados latino-americanos em relação ao centro. Essa condição, como veremos, determinou como os Estados se formaram, sua estrutura interna e configuração de classes.

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO A PARTIR DE RUY MAURO MARINI

Considerado um dos principais expoentes da Teoria da Dependência, o mineiro nascido em Barbacena em 1932, teve uma trajetória intelectual e de vida semelhante a de outros intelectuais que foram seus contemporâneos, passando boa parte de suas histórias em exílios e peregrinando por diversos países latino-americanos, atuando em movimento político-sociais e escrevendo sobre a realidade que enfrentavam.

Sua trajetória no ensino superior iniciou com a mudança para o Rio de Janeiro em 1950, onde pretendia participar de cursos preparatórios para o vestibular em Medicina. Porém, Marini foi se afastando da Medicina, das ciências físicas e naturais, desistindo de tentar uma carreira nesta área ele passou a focar na vida profissional, trabalhando em locais como o Censo Demográfico e na tradução de matérias de jornais em inglês (MARINI, s.d.). Apenas em 1953 que Marini retoma os estudos, desta vez em Direito, o qual destaca o período que teve contato e aprendizado no Centro Acadêmico Candido Oliveira, a “expressão do movimento estudantil da década de 50” (MARINI, s.d.).

Contudo, seu tempo na Faculdade de Direito foi curto, visto que ele conseguiu uma bolsa na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), que havia acabado de ser fundada. Na EBAP, Marini explica o amplo espaço para o ensino de ciências sociais com o corpo docente mais jovem que passou a encontrar, dando destaque ao professor de sociologia, Alberto Guerreiro Ramos, o qual, no segundo ano, auxiliaria como professor assistente.

Devido a essa proximidade e orientação, Marini credita a conquista da bolsa de estudos na França em 1958, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo) (MARINI, s.d.).

Em seus dois anos na França, além de ressaltar a oportunidade de conhecer outros países da Europa e os artistas e intelectuais da época (Jean Meynaud, Maurice Duverger, Georges Balandier, René Rémond, François Durosell, Georges Gurvitch, Charles Bettelheim, Maurice Merleau-Ponty, entre outros), Marini aponta como o período de primeiro contato com os textos de Hegel e a leitura sistemática de Marx e outros marxistas, sobretudo Lenin (MARINI, s.d.). Também, nesses anos, a teoria desenvolvimentista entrava no auge no Brasil e na América Latina, um pensamento que Marini teve contato na EBAP e que na academia francesa Georges Balandier era o principal expoente (MARINI, s.d.).

De volta ao Brasil nos 1960, na Universidade de Brasília (UnB), Marini teve contato com um círculo intelectual com posições críticas parecidas, sobretudo a respeito da CEPAL e a política da Terceira Internacional do Partido Comunista Brasileiro, nomes como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Darcy Ribeiro, Victor Nunes Leal e André Gunder Frank. No início da referida década, Ruy Mauro Marini desenvolvia sua tese que discutia o bonapartismo no Brasil, porém esse trabalho foi perdido após o golpe militar de 1964 com a primeira invasão do exército a UnB (MARINI, s.d.).

Com o golpe militar, Marini foi demitido da UnB e preso pelo Centro de Informações da Marinha duas vezes até partir para o primeiro exílio no México, onde foi recebido por Gunder Frank e outros asilados. Após algumas semanas Marini passou a atuar como professor no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, em que como primeira tarefa foi a de escrever um artigo sobre o que acontecia no Brasil, resultando em um trabalho que teve bastante repercussão “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo”.

As interpretações correntes sobre o golpe de 1964, além de considerá-lo mais uma simples quartelada, apresentavam-no essencialmente como resultado da intervenção norte-americana, um corpo estranho, de certo modo — ou, como dissera Leonel Brizola, um raio no céu azul — à lógica interna da vida brasileira. Meu ponto de vista era radicalmente oposto: a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes no país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político — e da qual as Forças Armadas eram parte plena (MARINI, s.d., online).

Em 1967 a pedido da revista *Tricontinental*, Marini escreve o artigo “Subdesarrollo y revolución en América Latina” que se tornaria o mais famoso internacionalmente, um trabalho que reúne uma pesquisa realizada desde 1965. Marini continuou no México até 1969, visto que suas publicações realizadas para o jornal *El Día*, geraram um desgaste na relação com o governo, desse modo, após um ano de tentativas, ele se mudou para o Chile que vivia uma onda política favorável com a candidatura de Salvador Allende à presidência.

No Chile, Marini, diferente de outros brasileiros exilados que uniam forças a Allende em Santiago, preferiu ir para Concepción onde o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) surgiu e lhe chamava mais atenção. Devido a intensa mobilização do MIR, Marini descreve que passou por um período de vida pessoal praticamente nulo, devido ao grau de suas atividades políticas e acadêmicas (MARINI, s.d.). Somente após a vitória do governo da Unidade Popular de Salvador Allende que Marini decide se mudar para Santiago, ainda no fim de 1970, atuando como professor no Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile.

Durante esse período Marini publicou sua principal obra “Dialéctica de la dependencia” a qual teve um impacto imediato:

Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciencias sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a esses equívocos no post-scriptum que — com o título de *En torno a Dialéctica de la Dependencia* — escrevi para a edição mexicana de 1973 (MARINI, s.d.,online).

Com o golpe militar de 1973¹², após passar alguns dias desaparecido, Marini fugiu para o Panamá possuindo US\$ 40,00 que lhe foi dado por uma empregada doméstica. Sua estadia no Panamá, seria, no entanto, apenas passageira, pois no ano seguinte seu destino foi a Alemanha, em que permaneceu por três anos. Em 1976, Marini retornou ao México para

¹² Nesse ano o general do Chile, Augusto Ramón Pinochet, efetuou um golpe militar que derrubou o governo de esquerda de Allende, que tinha no partido e movimento político Unidade Popular. O golpe instaurou um ditadura que durou até 1990. Cf. NASCIMENTO, D. P. N.; RIBEIRO, M. E. S.. OS DILEMAS DA ATUAÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA NA DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET. **DIKÉ – Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe**, v. 8, n. 1, p. 75-94, 5 fev. 2021.

lecionar novamente na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Em 1979, após decretada a Lei de Anistia, ele retornou ao Brasil pela primeira, voltando a morar somente em 1984, contudo Marini aponta um clima diferente em relação ao ambiente acadêmico, em que pouco era debatido sobre a América Latina e o engajamento político praticamente não existia, sendo assim ele aponta que os intelectuais foram cooptados pelo sistema (MARINI, s.d.).

Em 1986, após Cristovam Buarque assumir a reitoria da UnB, Marini aceita o convite feito pelo novo reitor de reassumir seu cargo de professor e integrar o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, onde amigos de longa data como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra se encontravam. Após onze anos de pesquisa, ensino, orientação e participação em congressos no Brasil e no exterior, Ruy Mauro Marini faleceu no Rio de Janeiro em 1996 devido a um câncer (RIBEIRO; FERNANDES, 2017)

Feito esse resgate biográfico, apresentaremos a seguir um balanço da vasta contribuição de Marini sobre o Estado, sobretudo o dependente latino-americano. Mesmo que ele não tenha desenvolvido tal categoria sistematicamente em torno de uma teoria geral, é possível mapear algumas passagens e definições.

Mesmo sendo um termo que aparece com constância em suas análises, a ideia de Estado não obteve um espaço exclusivo de investigação na obra de Marini. Quando definido, ele aparece para auxiliar a compreensão de outro objeto de estudo. Porém, como aponta Maíra Machado Bichir (2019) o acesso ao programa de cursos que ele ofertou na UNAM, demonstram o conhecimento dos debates tanto de clássicos marxistas como, Marx, Engels, Lenin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci, quanto de contemporâneos como Poulantzas, Ralph Miliband e Louis Althusser. A título de exemplo, Bichir (2019) aponta a correção feita por Marini em resenha de *Dialética del Desarrollo* de Celso Furtado.

Em *La pequeña burguesia y el problema del poder* de 1973, texto que Marini analisa as questões em torno da chamada “via chilena ao socialismo”, ele nos apresenta uma leitura da ideia de Estado como esfera da coerção em que a burguesia exerce o poder político para subjugar outros grupos sociais, através das leis para cumprimento e imposição de sanções. Desse modo, Marini aponta que o Estado aparece na teoria marxista identificado como o aparelho burocrático-repressivo representado pelo governo, a burocracia, os tribunais, as prisões, a polícia e as forças armadas (MARINI, 1973).

Complementando essa ideia, Marini explica em *Alianzas y compromiso en la democracia socialista* de 1987, que não somente da coerção deve depender um Estado para se constituir, mas há também uma arma importante para o exercício do poder político que é a ideologia. Na sua concepção, a burguesia fez algo que nenhuma classe antes na história havia articulado, essa ferramenta em seus modos de dominação, ainda destaca que a sua importância para entender o aparelho estatal, está relacionada com sua capacidade de gerar o afastamento das classes sociais e seus participantes da vida do Estado, principalmente através da ideia de cidadania. Desse modo, explica Marini, “o indivíduo foi confrontado, sem qualquer defesa, com o Estado, a fonte e o guardião da ordem estabelecida, que cumpre sua função por meio do monopólio da força (MARINI, 1987, online, tradução nossa)¹³”. Sobre essas explicações, Bichir (2019), então explica que “na concepção de Marini, o Estado, ao mesmo tempo em que se vale da coerção, da qual detém o monopólio legítimo, sustenta-se, também, por meio do direito, na ideologia, como mecanismo para o exercício do poder político (BICHIR, 2019, p. 539)”.

Tais colocações citadas acima faz parte de um entendimento bem geral do Estado no pensamento de Marini, influenciado fortemente pelo pensamento clássico e contemporâneo marxista. Porém, quando ao tratar do chamado “Estado dependente” suas análises ficam mais próximas de suas colocações a respeito do capitalismo e da dependência na América Latina.

Como explica Bichir (2019), o Estado dependente latino-americano diz respeito a uma forma estatal subordinada às determinações do Estado capitalista, funcionando como instituição de dominação da burguesia, assim, ele serve como todo Estado no capitalismo com propósito de garantir a reprodução do capital e predominância da classe burguesa. Porém, as características do Estado dependente na América Latina se distingue dos demais que surgiram em outros lugares do mundo. Veremos tais características a seguir.

Ao pensar o Estado dependente latino-americano, Marini aponta que é preciso ter em mente a preponderância do capitalismo desenvolvido no plano internacional sobre o nacional, fundamentando o caráter capitalista dessa forma estatal na região.

Muito do que na América Latina parece ser imitação ou “reflexo” (como diziam os sociólogos políticos da década de 1950) é, portanto, determinado pelo fato de que o capitalismo latino-americano existe mais fortemente do lado de fora do que do lado de dentro; Em outras palavras, ele —primeiro— modifica e aperfeiçoa suas relações com a economia internacional e —depois— adapta suas relações internas a elas; os

¹³ El individuo ha sido confrontado así, sin ninguna defensa, al Estado, fuente y guardián del orden establecido y que cumple su función mediante el monopolio de la fuerza (MARINI, 1987).

períodos de aparente desalinhamento entre as formas econômicas e políticas são, na verdade, períodos de transição, que podem durar muito tempo, desde que isso não impeça a acumulação de capital (CUEVA et al., 1975¹⁴, p. 9, tradução nossa)¹⁵.

Para mais, Marini (CUEVA et al., 1975) determina que o Estado capitalista na América Latina começa se constituir em 1840 após as independências, tendo em vista que a forma estatal colonial anterior era, em sua visão, um apêndice do Estado metropolitano, não podendo ser, portanto, visto como algo separado.

Após a independência, começa a difícil gestação do Estado burguês, um processo que é também —e acima de tudo a luta entre diferentes frações das classes dominantes— para impor sua hegemonia sobre as outras. São as condições nacionais, e não as internacionais, que determinam a duração desse processo em cada país, mesmo que sejam as condições internacionais que o conduzam em todo o continente (CUEVA et al., 1975, p. 10, tradução nossa)¹⁶.

O Estado que surge do processo descrito acima, está sobretudo baseado nos interesses burgueses bem definidos, e a economia gira em torno de setores em que as relações capitalistas já prevaleciam (CUEVA et al., 1975) Para ilustrar esse ponto, Marini cita o Chile, o Brasil e a Argentina.

Assim, no Chile, a burguesia mercantil de Santiago e Valparaíso, aliada aos grandes proprietários de terras do Vale Central e à incipiente burguesia mineradora do norte, afirmou sua predominância no estado portal e subjugou as áreas camponesas e indígenas do sul. No Brasil, o Estado manteve as estruturas herdadas da administração colonial até a década de 1840; após as chamadas expedições de pacificação desse período, realizadas contra grupos separatistas de latifundiários e massas rebeldes de camponeses e artesãos, foi imposta a hegemonia dos latifundiários de Minas Gerais e dos comerciantes do Rio de Janeiro, aliados, por um lado, à decadente classe escravocrata do Nordeste e à ascendente burguesia agrária de São Paulo. Na Argentina, os interesses dos latifundiários agrícolas do norte entraram em conflito com os da burguesia pecuária e mercantil de Buenos Aires, até que esta os subjugou. Foi em Pavón, em 1862, que o estado capitalista argentino,

¹⁴ A referência citada diz respeito a uma mesa redonda organizada pela UNAM em 1975, tendo como debatedores Agustín Cueva, Arnaldo Córdova, Clodomito Almeyda, Ruy Mauro Marini e Sergio Bagú. O intuito do evento era discutir sobre o Estado e política na América Latina. Cf. CUEVA, A.; CÓRDOVA, A.; ALMEYDA, C.; MARINI, R. M.; BAGÚ, S. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S. l.], v. 21, n. 82, 2021. DOI: 10.22201/fcpys.2448492xe.1975.82.80225. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/80225>.

¹⁵ No original: Mucho de lo que en América Latina parece imitación o “reflejo” (como solían decir los sociólogos políticos de los años cincuentas) está, pues, determinado por el hecho de que el capitalismo latinoamericano existe con más fuerza en su exterior que en su interior; vale decir, modifica y perfecciona —primero— sus relaciones con la economía internacional y adecúa —después— a ellas sus relaciones internas; los periodos de aparente desajuste entre las formas económicas y políticas son más bien periodos de transición, que pueden prolongarse por largo tiempo, siempre que ello no estorbe la acumulación del capital (CUEVA et al., 1975, p. 9.)

¹⁶ No original: Tras la independencia comienza la difícil gestación del Estado burgués, proceso que se da también —y sobre todo el de la lucha entre distintas fracciones de las clases dominantes— por imponer su hegemonía sobre las demás. Son las condiciones nacionales, más que las internacionales, las que determinan la duración de ese proceso en cada país, aunque sean las condiciones internacionales las que lo impulsan en todo el continente (CUEVA et al., 1975, p. 10).

antes restrito a Buenos Aires e abalado pela prolongada guerra civil, começou a ser construído de fato (CUEVA et al., 1975, p. 10, tradução nossa)¹⁷.

Sobre a forma que o Estado dependente latino americano vai ganhando, Marini (CUEVA et al., 1975) diferencia em duas: o Estado oligárquico-burguês e o Estado burguês. O primeiro, surge logo nos primeiros após 1840, sendo um Estado que corresponde a uma economia exportadora, ao passo que impõe os interesses da classe dominante na sociedade, buscando as melhores condições que possibilitem a promoção da afiliação com a economia mundial, também fornece participação minoritária para as demais frações de classes que dominam localmente, ao mesmo passo que vai eliminado politicamente a grande massa de artesãos e camponeses. Devido a essas características, ele explica que este Estado é bastante flexível.

A flexibilidade dessa forma de Estado já é visível na década de 1980 na Argentina, no Brasil e no Chile; essa flexibilidade - manifestada em reformas eleitorais e educacionais, etc. - é, acima de tudo, a ampliação das alianças de classe, que agora integram totalmente a burguesia de São Paulo no Brasil, do norte na Argentina, etc., com a modificação progressiva da correlação de forças a seu favor; Por outro lado, essa ampliação das alianças de classe abre um espaço reduzido para a classe média urbana, setores burgueses e pequeno-burgueses, que surgiram à sombra da economia de exportação (CUEVA et al., 1975, p. 10, tradução nossa)¹⁸.

O Estado burguês, por sua vez, começa a surgir em 1930 com a ascensão da burguesia média, comercial e industrial, e sua aliança com a antiga burguesia que detém da propriedade de terra e que também é mercantil. Além disso, é um Estado que conta com novos mecanismos de dominação que ampliam a participação na vida política, mas dão mais controle político e ideológico da burguesia sobre proletários, camponeses e pequena burguesia (CUEVA et al., 1975). Nos períodos de crise aguda da forma estatal burguesa surge o Estado militar que se baseia na repressão generalizada e no fascismo, como exemplo Marini (CUEVA et al., 1975) cita o Brasil e Chile.

¹⁷ No original: Así, en Chile la burguesía mercantil de Santiago y Valparaíso, aliada a los latifundistas del Valle Central y a la incipiente burguesía minera del norte, afirmará su predominio en el Estado portaliano y someterá las zonas campesinas e indígenas del sur. En Brasil el Estado conserva las estructuras heredadas de la administración colonial hasta la década de 1840; tras las expediciones llamadas de pacificación de este periodo, llevadas a cabo contra grupos latifundistas separatistas y masas rebeldes de campesinos y artesanos, se impondrá la hegemonía de los latifundistas de Minas Gerais y de los comerciantes de Río de Janeiro, aliados, por un lado, a la decadente clase esclavista del nordeste y a la ascendente burguesía agraria de Sao Paulo. En Argentina los intereses de los latifundistas agrícolas del norte chocarán con los de la burguesía ganadera y mercantil de Buenos Aires, hasta ser sometidos por ésta; es a partir de Pavón, en 1862, cuando comienza a construirse de hecho el Estado capitalista argentino, antes restringido a Buenos Aires y convulsionado por la prolongada guerra civil (CUEVA et al., 1975, p. 10).

¹⁸ No original: La flexibilidad de esa forma estatal es ya visible en los ochentas en Argentina, Brasil, Chile; esa flexibilidad —manifiesta en reformas electorales, educativas, etcétera— es antes que nada la ampliación de las alianzas de clases, que pasan a integrar plenamente a la burguesía de Sao Paulo, en Brasil, del norte en Argentina, etcétera, con la modificación progresiva de la correlación de fuerzas en favor de éstas; por otra parte, esa ampliación de las alianzas de clases abren un espacio reducido a los sectores medios urbanos, burgueses y pequeñoburgueses, surgidos a la sombra de la economía exportadora (CUEVA et al., 1975, p. 10).

Por trás dessa transformação e crise no Estado burguês, Marini (CUEVA et al., 1975) destaca a ascensão do grande capital como uma característica central dessa nova forma estatal associado ao capital estrangeiro, que se utiliza de políticas autoritárias para manter sua hegemonia. Marini (CUEVA et al., 1975) conclui afirmando que o ponto de diferenciação desse processo em cada Estado latino-americano diz respeito ao quão desenvolvida esta burguesia nacional.

Analisando o período entre anos 1960 e 70, marcado por ditaduras militares na América Latina e compreendendo o Estado como “a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação existentes”, Marini (2018¹⁹, p. 1) explica que surge um Estado de contrainsurgência como fruto da contrarrevolução latino-americana em um processo caracterizado por três vertentes: revisão da estratégia norte-americana, as modificações no bloco político dominante e a ascensão dos movimentos de massa (MARINI, 2018).

Estaremos, assim, seguindo os ensinamentos dos marxistas europeus que utilizaram, para a análise do fascismo, o ponto de referência que tinham em relação à contrarrevolução burguesa – o bonapartismo –, sem assumir que se tratam de fenômenos idênticos; na verdade se preocuparam em estabelecer a especificidade do processo fascista e das formas de dominação e do Estado a que este dava lugar. Se não tivessem procedido assim e se tivessem confundido as formas particulares com o processo geral que as produzem, não contaríamos hoje com os estudos sobre o fascismo, que enriqueceram a teoria política marxista e nos permitem abordar com mais segurança a análise da contrarrevolução latino-americana (MARINI, 2018, p. 2).

A revisão da estratégia norte-americana foi motivada pelas revoluções que ocorriam em Estados periféricos como Argélia, Congo, Cuba e Vietnã, sendo uma preocupação que o movimento revolucionário se espalhasse pela América Latina (MARINI, 2018). Esse receio foi representado, segundo Marini (2018), pela implementação da doutrina de contrainsurgência que estabelece três princípios: aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização.

Existem três aspectos da doutrina contrainsurgente que foram destacados por Marini (2018) e que cabem serem apresentados. O primeiro, colocando em perspectiva com o fascismo, o autor explica que nessa doutrina o oponente também é um inimigo, que neste sentido dever ser, além de derrotado, aniquilado. Portanto, nesta acepção a luta de classes é

¹⁹ Texto publicado originalmente em 1978 *Cuadernos Políticos*, México, Ediciones Era, n.18, outubro-diciembre, 1978, com o título “La cuestión del fascismo en América Latina”. O texto é resultado do debate entre Pío García, Ruy Mauro Marini, Agustín Cueva e Theotônio dos Santos que ocorreu no mesmo no México.

vista como uma guerra que conta com métodos, táticas e estratégias, ou seja, segundo ele, “a contrainsurgência é aplicação de um enfoque militar à luta política” (MARINI, 2018, p. 2)”.

O segundo é o entendimento do movimento revolucionário como algo nocivo à sociedade, um vírus que se desenvolveu a partir de interferências externas e que causa um tumor ao organismo social. Assim, seria uma subversão causada pela infiltração do inimigo (MARINI, 2018, p. 3)”. O terceiro e último aspecto, é a compreensão de que uma vez que esse “vírus” se infiltra e causa mal-estar à sociedade burguesa sob sua organização parlamentar e liberal, tal doutrina surge como um remédio para reestabelecer a saúde do corpo social, sendo no caso o “restabelecimento da democracia burguesa, após o período de exceção representado pelo período de guerra” (MARINI, 2018, p. 4).

Na segunda vertente da doutrina, as modificações no bloco político dominante se fundamentam na formação de uma burguesia monopolista vinculada à burguesia imperialista, em um processo que ocorreu pela integração das cadeias de produção presentes na América Latina ao sistema imperialista através de investimentos diretos de capital externo, a sujeição tecnológica e a penetração financeira (MARINI, 2018).

A integração imperialista corresponde, junto à superexploração do trabalho, ao aprofundamento da centralização do capital e da proletarização da pequena burguesia. Por isso, agudiza a luta de classes e aponta ao rompimento do esquema de alianças adotado até então pela burguesia, tanto por conta das contradições existentes entre suas frações monopolistas e não monopolistas, como devido à luta que se trava entre a burguesia em seu conjunto e a pequena burguesia, o que acaba por empurrar esta para a busca de alianças com o proletariado e o campesinato (MARINI, 2018, p. 4).

Tal processo resultou no fim do Estado de toda burguesia, o Estado populista, que, para Marini (2018), beneficiava a acumulação de todas as frações da burguesia, mesmo que os lucros fossem desigualmente distribuídos. Surge então um Estado preocupado apenas nos interesses das frações de classe monopolista, nacionais e estrangeiras, desenvolvendo mecanismos que favorecem a acumulação como também a subordinação das demais frações de classe.

as demais frações burguesas devem subordinar-se à burguesia monopolista, estando seu desenvolvimento em rigorosa dependência do dinamismo que alcance o capital monopolista, enquanto a pequena burguesia, embora sem deixar de ser privilegiada na aliança de classes na qual repousa o novo poder burguês, é forçada a aceitar uma redefinição de sua posição, perde importância política e fica ela também totalmente subordinada, com suas condições de vida vinculadas às iniciativas e ao dinamismo da burguesia monopolista (MARINI, 2018, p. 4).

Sobre a terceira e última vertente, Marini (2018) explica como a ascensão dos movimentos de massa iniciou desde a década de 50 com a revolução boliviana de 1952, surgindo das contradições de um sistema em transformação pela mudança no bloco dominante. Essa onda revolucionária contava com participação de camadas intelectuais pequeno-burguesa que vinham adentrando no campo popular devido às modificações no bloco dominante, também possuía uma grande mobilização camponesa e operária. Nas palavras de Marini,

é, em suma, este amplo movimento de massas, que irrompe nas brechas do sistema de dominação criadas pela fratura do bloco no poder e que incide no sentido de agravar as contradições existentes, o que explica a violenta reação da burguesia e do imperialismo, isto é, a contrarrevolução que então se desencadeia no continente (MARINI, 2018, p. 5).

A característica distintiva do Estado de contrainsurgência é a sua formação interna, na qual dois ramos são centrais na decisão do poder executivo: a ala militar representada pelo Estado Maior das Forças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional e o serviço de inteligência e; o ramo econômico constituído pelos ministérios de economia e as empresas estatais de diferentes segmentos ocupadas por tecnocratas civis e militares. Esses dois ramos se entrelaçam e formam a essência do Estado de contrainsurgência no Conselho de Segurança Nacional, excluindo a participação dos demais setores do modelo tradicional de Estado burguês (MARINI, 2018).

É esta a estrutura real do Estado de contrainsurgência, que consagra a aliança entre as Forças Armadas e o capital monopolista, no qual se desenvolve o processo de tomada de decisões fora da influência das demais instituições que compõem o Estado burguês clássico, como são o poder legislativo e judiciário. Estes *podem perfeitamente manter-se no marco da ditadura militar*, como ocorre no Brasil, *ou figurar inclusive num regime civil*, como na Venezuela, sem que ele afete a estrutura e o funcionamento real do Estado de contrainsurgência (MARINI, 2018, p. 8, grifo do autor).

Por fim, Marini (2018) reforça o entendimento de que o Estado de contrainsurgência, mesmo sendo a corporificação do capital monopolista que detém o poder, ele não exclui que as demais frações de classes burguesa de sua constituição. O capital monopolista na sua reprodução econômica possibilita de forma contínua condições de reprodução (como também destruição) para os demais setores capitalistas, sendo incorreto, então, supor que as frações não monopolistas da burguesia teriam o interesse de por fim ao Estado contrainsurgente (MARINI, 2018).

Em síntese, o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas, independentemente da forma que assuma, isto é, independentemente do regime político vigente. Esse Estado apresenta

semelhanças formais com o Estado fascista, assim como com outros tipos de Estado capitalista, mas a sua especificidade está na sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que lá se geram. Chamá-lo de fascista não nos faz avançar um passo na compreensão do seu caráter (MARINI, 2018, p.8).

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO A PARTIR DE AGUSTÍN CUEVA

Diferentemente do breve, porém com mais fontes (inclusive autoral), recorte biográfico feito da trajetória de Marini, com Agustín Cueva Dávila, que doravante iremos nos referir apenas como ficou popularmente conhecido “Agustín Cueva”, não será possível algo de caráter semelhante. Os detalhes de sua vida serão retirados de textos elaborados principalmente por seus amigos em vida, como Alejandro Moreano (CUEVA, 2015), Fernando Tinajero (2012) e Maria Lígia Coelho Prado (1992).

Antes de iniciar, acreditamos ser necessário destacar a sua importância. Por motivos que não conseguiremos aprofundar aqui, Cueva ainda é pouco conhecido no Brasil, apesar de sua grande influência na sociologia e literatura no restante da América Latina. Sua obra é celebrada por ser uma grande referência para analisar o capitalismo e o marxismo da região. Além disso, nunca se absteve a críticas aos partidos de esquerda e ao pensamento marxista de sua época, por exemplo, sua posição crítica em relação à Teoria Marxista da Dependência que até os dias atuais divide opiniões a respeito do caráter de suas indagações. Por fim, Cueva sempre manteve o Brasil em suas análises sobre a América Latina, por representar um grande exemplo do que, para ele, seria um capitalismo desenvolvido na região (CUEVA, 1983).

Equatoriano nascido em Ibarra em 1937, Agustín Cueva vem de uma família politicamente influente, seu tio-avô, Isidro Ayora Cueva, foi presidente e seu pai, Agustín Cueva Sanz, foi deputado e reconhecido por sua influência nas Ciências Sociais, além de ter sido o primeiro professor de Sociologia do Equador (BERMEO, 2015; RAMÍREZ, 2022). Porém, Cueva Sanz não pode acompanhar a vida do filho, visto que no sexto mês de seu nascimento ele faleceu, deixando-o apenas aos cuidados de sua mãe, Rosa Dávila.

A trajetória de Cueva no ensino superior iniciou em 1955 no curso de Direito da Universidade Católica em Quito, onde seria expulso após estar entre os líderes de uma greve estudantil. Por esse motivo, Cueva ingressou na Universidade Central do Equador, onde concluiria o curso de Ciências Políticas e Sociais. Em 1960, deu início a sua pós-graduação em Paris na École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde se diplomou em Estudos Superiores de Ciências Sociais (PRADO, 1992; TZEIMAN, 2017; TINAJERO, 2012).

Segundo Tinajero (2012), o período em Paris fez com que Cueva tivesse um maior contato com a filosofia e a literatura, dando destaque aos escritos de Jean-Paul Sartre, Georg Lukács, Claude Lévi-Strauss e Roland Barthes, além destes, o pensador de direita, Raymond Aron, era um dos intelectuais da época que mais lhe interessava.

Em Paris, Cueva também teve um maior contato com as leituras e o pensamento marxista, passando até mesmo a se identificar como “marxista-leninista”, por essa postura e trajetória, Tinajero traça semelhanças entre ele e outro pensador equatoriano, Bolívar Echeverría

Ambos optaram pelo marxismo desde cedo; ambos mantiveram essa mesma convicção até suas mortes; ambos foram educados na Europa; ambos nutriram seu trabalho com uma ampla variedade de alimentos, que nunca excluíram a literatura ou a arte; ambos estiveram permanentemente ligados ao movimento político-cultural da década de 1960; ambos tinham como objetivo central de seu trabalho a transformação revolucionária de nossa sociedade e entendiam como nossa toda a sociedade da América Latina (TINAJERO, 2012, p. 12-13, tradução nossa)²⁰.

Em 1964, Cueva retorna ao Equador trazendo toda a sua bagagem e inquietações, o que lhe aproximou dos *Tzantzismo*, um movimento cultural que surgiu para rebelar contra a cultura equatoriana da época, a qual consideravam conservadora e obsoleta.

Tomamos o significado de 'Tzatzta', que se refere à cabeça reduzida na qual os índios jivaros do leste equatoriano transformam as cabeças de seus inimigos brancos. Os 'tzántzicos' tinham o objetivo de reduzir as cabeças de tudo o que era falsamente engrandecido, anulando os valores estabelecidos e buscando valores autênticos (ESTRELLA, 1973, p. 81, tradução nossa).²¹

No ano seguinte, Cueva fundou três revistas distintas, *Indoamérica*, *Pucuna* e *La Bufanda del Sol* aos moldes do havia experimentado na Europa. De acordo com Tinajero (2012), foi *Indoamérica* que Cueva começou a publicar suas ideias sobre a cultura e política equatoriana. Nesse período, ele passou a lecionar na Universidade Central e publicou, em 1967, o ensaio “*Entre la ira y la esperanza*”, uma obra literária crítica a arte e cultura equatoriana, que na sua visão mantinha uma mentalidade colonial. Além disso, foi uma obra que inaugurou a sociologia da literatura no país.

²⁰ No original: Los dos optaron por el marxismo desde edades tempranas; los dos mantuvieron esa misma convicción hasta la muerte; los dos se formaron en Europa; los dos nutrieron su trabajo con alimentos muy variados, que jamás excluyeron la literatura ni el arte; los dos estuvieron permanentemente vinculados con el movimiento político cultural de los años sesenta; los dos tuvieron como propósito central de su trabajo la transformación revolucionaria de nuestra sociedad, y entendieron como nuestra a toda la sociedad de América Latina (TINAJERO, 2012, p. 12-13)

²¹ No original: Tomamos la acepción de 'Tzatzta', que se refiere a la cabeza reducida en la que convierten los indios jíbaros del Oriente ecuatoriano a las cabezas de sus enemigos blancos. Los 'tzántzicos' tenían la finalidad de reducir las cabezas de todo lo engrandecido falsamente, anulando los valores establecidos y buscando auténticos valores (ESTRELLA, 1973, p. 81).

Uma obra de grande fórmula -escreve Abdón Ubidia-, uma menção indispensável para qualquer pessoa que analise ensaios equatorianos, ousada, irreverente, apaixonada, publicada em inúmeras edições, foi para nossa geração um grito de guerra e um aviso: o passado estava permeando o presente, contaminando-o e pervertendo-o; a Colônia estava renascendo de suas próprias cinzas e encarnada em personagens sombrios que não ansiavam por ela. Isso tinha de acabar de uma vez por todas. Um inequívoco "basta" irrompeu dessas páginas claras e luminosas, que diziam o que queriam em um estilo austero e direto, impecável, bem elaborado e lúcido em sua elegância fluida (TINAJERO, 2012, p. 16, tradução nossa)²².

A publicação de seu segundo livro foi em 1972, “*El proceso de dominación política*” está dividido em duas partes, a primeira é balanço sobre a história política equatoriana no século XX, já a segunda uma análise histórica e sociológica do velasquismo, um trabalho inédito e bastante crítico sobre a ascensão messiânica de Velasco Ibarra. Cabe lembrar que em 1970, Velasco Ibarra ordenou o fechamento da Universidade Central, repressão que fez Cueva mudar para o Chile no mesmo ano, onde atuou até 1972 como professor de Teoria Literária na Universidade de Concepción. Devido à ascensão da direita e do golpe no governo de Allende., Marini foi para o México a convite do reitor da UNAM, local, que na época era o principal “centro migratório” de pensadores críticos ao autoritarismo que tomava toda a região latino-americana (PRADO, 1992; TZEIMAN, 2017; TINAJERO, 2012; CUEVA, 2015).

A partir dos anos no México, sua produção intelectual passa a ter um foco maior nos problemas da América Latina, ao invés de ser análises exclusivas sobre a situação equatoriana. Essa mudança vinha desde os anos no Chile, mas só se concretizou após mudar para a UNAM onde ficou até fim de sua vida, talvez por conta do contato e aprendizagem com exilados de toda a região favoreceu esse processo (TINAJERO, 2012; CUEVA, 2015). Em 1977, Cueva publicou “*El Desarrollo del Capitalismo en América Latina*” considerada por muitos sua principal obra, um texto que reflete um pensamento amadurecido sobre os processos que vivenciou em sua vida, por exemplo, a experiência andina, algo que deve ser considerado para compreender sua aplicação da noção de acumulação primitiva do capital. Além disso, o texto conta com críticas à Teoria da Dependência, que naqueles anos possuía expoentes como Theotonio Dos Santos, Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini (PRADO, 1992; BAEZ, 2016; TZEIMAN, 2017; TINAJERO, 2012; CUEVA, 2015).

²² No original: Obra de gran fórmula -escribe Abdón Ubidia-, mención indispensable para quien reseñe el ensayo ecuatoriano, audaz, irreverente, apasionada, publicada en ediciones ya incontables, fue para nuestra generación un grito de guerra y una advertencia: el pasado impregnaba el presente, lo contaminaba y pervertía; la Colonia renacía de entre sus propias cenizas y se encarnaba en sombríos personajes que la añoraban. Aquello debía terminar de una vez por todas. Un '¡basta!' inequívoco brotaba de esas páginas luminosas, claras, que decían lo suyo con un estilo austero y directo, impecable, bien trabajado y lúcido en su fluida elegancia (TINAJERO, 2012, p. 16).

Seguindo pelo maior interesse pela América Latina e seus problemas, todos os seus livros seguintes analisam características distintas da região: *Teoría social y procesos políticos en América Latina* de 1979; *Las democracias restringidas de América Latina* de 1988; *América Latina en la frontera de los años 90* de 1989; além da publicação póstuma de *Literatura y conciencia histórica en América Latina* em 1993.

Em 1º de maio de 1992, devido a debilitações causadas por um câncer detectado dois anos antes, Agustín Cueva Dávila faleceu em Quito no Equador.

Concluído esse balanço da vida e obra de Cueva, apresentaremos a partir do próximo parágrafo uma síntese do pensamento do autor a respeito do Estado. Os comentários feitos em relação à Marini também são válidos aqui. Cueva não possui uma obra ou desenvolveu uma teoria para falar sobre o Estado. Contudo, suas análises quase sempre abordam o Estado e a partir disso foi possível fazer um levantamento de suas contribuições.

Agustín Cueva, parte do pressuposto de que o Estado não deve ser entendido como uma abstração, é preciso partir da matriz econômico-social histórica em uma totalidade internacional. Desse modo, o autor explica

Com efeito, convém recordar que a edificação de um Estado nacional jamais se realiza no vazio, nem a partir de um maná que se chamaria “maturidade política”, e sim sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. Construir um Estado sobre o cimento relativamente firme do modo de produção capitalista implantado em toda a extensão de um corpo social não é o mesmo que edificá-lo sobre a sinuosa topografia de estruturas pré-capitalistas que, por sua própria natureza, são incapazes de proporcionar o fundamento objetivo de qualquer unidade nacional, isto é, um mercado interno de amplas proporções. (CUEVA, 1983, p. 42).

Com base nisso, ao analisar os Estados latino-americanos, Cueva (2012) compreende não ser viável enquadrá-los em uma teoria “geral” do Estado, pois na América Latina sua manifestação congrega os elementos do Estado burguês com as peculiaridades socioeconômicas regionais e de classes. Além disso, Cueva (1983, p. 46) acredita que entender a problemática estatal latino-americano com base na estrutura econômico-social permite a compreensão das condições concretas de configuração da “superestrutura jurídico-política” e como se caracterizam os entes que possuem poder nos processos de formação.

Na mesa redonda de 1975 ocorrida na UNAM, utilizada como referência anteriormente, Cueva inicia suas considerações a respeito do Estado latino-americano fazendo

uma ressalva sobre a distinção da experiência do Estado cubano socialista com os demais Estados capitalistas. Em sua visão, é fundamental compreender que o Estado cubano foi uma experiência bem particular em relação aos demais devido a sua formação socialista, o que faz com que ele cumpra funções diferenciadas.

As tarefas históricas cumpridas pelo primeiro definem, por si só, seu caráter de classe (proletário) e consistem basicamente na construção do socialismo, embora, dada a natureza histórica da formação cubana (um país semicolonial até antes da revolução), esse Estado também tenha tido de cumprir tarefas de tipo nacionalista (libertação nacional do imperialismo) e até mesmo tarefas em princípio democrático-burguesas, como a reforma agrária em suas primeiras fases (CUEVA et al., 1975, p. 31, tradução nossa)²³.

Feitas essas considerações, Cueva detém suas atenções para os demais Estados da região, determinando, primeiramente, que são Estados burgueses que possuem a função de garantir a reprodução do modo de produção dominante, o modo capitalista. Ainda relembra que não cabe o denominá-los simplesmente por “Estados capitalistas” como o EUA e os países europeus, na América Latina se constituem “Estados capitalistas de países atrasados e dependentes”, uma situação resultante da subordinação ao sistema mundial imperialista que estão inseridos (CUEVA et al., 1975).

Esse entendimento de Cueva é explicado um pouco mais no artigo *El Estado latinoamericano en la crisis del capitalismo* de 1981, a partir da explicação que muitos dos Estados da região não conseguiram sequer atingir a “maturidade política” devido ao desenvolvimento desigual imposto pelo sistema capitalista. Desse modo, se entende que a vinculação com uma dinâmica externa acaba por gerar uma série de dificuldades e contradições na esfera doméstica, além de desafios para a autoridade estatal.

De qualquer forma, parece claro que, em uma abordagem global, as áreas de maior acúmulo de contradições (“elos fracos”) coincidem com o espaço dos chamados países subdesenvolvidos ou dependentes. Além disso, acreditamos ser legítimo afirmar que é essa acumulação que define o caráter desses países, não apenas em termos de sua base econômica, mas também, e correlativamente, em termos de sua autoridade estatal. De fato, este último é constituído como uma superestrutura sobrecarregada de “tarefas” na medida em que (a) tem de garantir a reprodução ampliada do capital em condições de grande heterogeneidade estrutural, que vão desde a presença de vários modos e formas de produção até a própria “má formação” do aparato produtivo capitalista; (b) tem de levar adiante esse processo de reprodução em meio a um constante escoamento do excedente econômico para fora, com tudo o que isso implica em termos de acumulação e a consequente necessidade de estabelecer certas modalidades de extração desse excedente; e c) tem de impor

²³ No original: Las tareas históricas que cumple el primero definen por sí solas su carácter de clase (proletario) y consisten básicamente en la construcción del socialismo, aunque, dada la índole histórica de la formación cubana (país semicolonial hasta antes de la revolución), este Estado ha tenido que cumplir también tareas de tipo nacionalista (liberación nacional con respecto al imperialismo) e incluso tareas en principio democrático-burguesas, como la reforma agraria en sus primeras fases CUEVA et al., 1975, p. 31).

certa "coerência" a um desenvolvimento econômico e social que faz parte da lógica geral do funcionamento do sistema capitalista imperialista, quando, às vezes, a tarefa de integrar um espaço econômico nacional e a própria nação nem sequer foi concluída (CUEVA, 1981, p. 261, tradução nossa)²⁴.

Colocando um foco em alguns países da região como Chile, Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, *etc.* Cueva (1983, p. 48) conclui que suas formações estão diretamente relacionadas com o fato de existir uma burguesia de alcance nacional, a qual se desenvolveu conforme a evolução econômica pelo desenvolvimento no sentido do capitalismo.

O que foi dito até aqui permite abordar mais um aspecto da questão que poderia resumir-se dizendo que a possibilidade de formação de estados nacionais verdadeiramente unificados na América Latina variou em função direta da existência de uma burguesia orgânica de envergadura nacional. O desenvolvimento de tal burguesia esteve naturalmente determinado pelo grau de evolução da base econômica de cada formação social, evolução que na primeira metade do século XIX não se poder medir de outra maneira senão pela sua menor ou maior tendência geral de desenvolvimento em *direção ao capitalismo* (CUEVA 1986, p. 48, grifo do autor)

Cueva já havia apresentado essa ideia de que os Estados, não só os da América Latina, se desenvolvem conforme sua formação econômica-social, se sua base formativa for de produção capitalista, naturalmente surgirá um Estado capitalista. Esse processo de gestação do capitalismo Cueva (1981) nota na maioria dos países da região, e ainda destaca que esse processo é fortemente enraizado, visto que o Estado capitalista uma vez que nasce irá buscar reproduzir seu modo de produção.

O Estado capitalista existe apenas como uma forma já concreta, como o Estado capitalista de uma determinada formação socioeconômica, com todas as determinações histórico-estruturais ali presentes, que são o resultado tanto de um desenvolvimento interno específico quanto do lugar que cada formação ocupa no sistema imperialista. E é precisamente a configuração de cada formação que, em última análise, determina a forma do Estado capitalista, de acordo com o grau de intensidade e desenvolvimento das contradições acumuladas nele, da possibilidade objetiva de atenuação ou acentuação dessas contradições e das tarefas (*funções*

²⁴ No original: De todos modos parece claro que, en una aproximación de orden global, las áreas de mayor acumulación de contradicciones ("eslabones débiles") coinciden con el espacio de los países llamados subdesarrollados o dependientes. Lo que es más, creemos legítimo ostener que es aquella acumulación la que define el carácter de estos países, no sólo en lo que a su base económica concierne sino también y correlativamente en lo que atañe a su instancia estatal. En efecto, ésta se constituye como una superestructura sobrecargada de "tareas" en la medida en que: a) tiene que asegurar la reproducción ampliada del capital en condiciones de una gran heterogeneidad estructural, que comprende desde la presencia de varios modos y formas de producción hasta la propia "malformación" del aparato productivo capitalista; b) tiene que llevar adelante ese proceso de reproducción en medio de un constante drenaje de excedente económico hacia el exterior, con todo lo que ello implica en términos de acumulación y de la consiguiente necesidad de establecer determinadas modalidades de extracción de tal excedente; y c) tiene que imponer cierta "coherencia" a un desarrollo económico-social inserto en la lógica general de funcionamiento del sistema capitalista imperialista, cuando a veces ni siquiera está concluída la tarea de integración de un espacio económico nacional y de la nación misma (CUEVA, 1981, p. 261).

concretas) que daí decorrem para a instância estatais (CUEVA, 1981, p. 259, grifo do autor, tradução nossa)²⁵.

Em seu texto, Andrés Tzeiman (2017) analisa essa concepção a partir da leitura de *Entre la ira y la esperanza*, a primeira obra literária de Cueva. Neste texto, mesmo ao se referir ao processo de formação equatoriano, Tzeiman (2017) explica que características gerais sobre o Estado na região podem ser percebidas, como o fato que as características estão entrelaçadas ao papel que a nação ira cumprir no sistema mundial. Ainda, é destacado uma especificidade latino-americana, a qual seria sua inserção com um sistema imperialista que influencia fortemente o estabelecimento de funções estatais. Ademais, Tzeiman aponta outros fatores:

Ao mesmo tempo, há dois outros fatores que influenciarão poderosamente a natureza do Estado capitalista na América Latina. Estamos nos referindo, por um lado, à maneira pela qual em nossos países se produz a construção nossos países. Essa *vía reaccionaria*, conforme descrito pelo próprio Cueva em *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, com sinais autoritários e despóticos para garantir a unificação e a integração econômica, terá um impacto no desenvolvimento das tarefas do Estado (TZEIMAN, 2017, p. 127, grifo do autor, tradução nossa)²⁶.

Para mais, Cueva (1983) explica que tal modo de vislumbrar o Estado na América Latina, permite a periodização de seu desenvolvimento começando do estado de “anarquia”, passando pelo período oligárquico até chegar na fase capitalista, ressaltando que desde a independência até o início do século XX, podemos entender o Estado na região como oligárquico e dependente.

Feito o resgate do conceito de Estado no pensamento desses autores, alguns pontos de semelhanças que aparecem à luz de suas explicações cabem ser destacados. Primeiramente, uma premissa básica adotada por ambos é o entendimento do Estado como dependente, isto é, de modo geral, dizer que este tipo de forma estatal está ligado por relação de subordinação a outro mais desenvolvido e imperialista. De modo que tal relação influencia e determina seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

²⁵ No original: Y es que el Estado capitalista sólo existe en cuanto forma ya concreta, como Estado capitalista de determinada formación económico social, con todas las determinaciones histórico-estructurales allí presentes, resultado tanto de un específico desarrollo interno como del lugar que cada formación ocupa en el seno del sistema imperialista. Y es precisamente la configuración de cada formación la que determina en última instancia la forma del Estado capitalista, de acuerdo con el grado de intensidad y desarrollo de las contradicciones acumuladas en su interior, de la posibilidad objetiva de atenuación o acentuación de las mismas, y de las tareas (funciones concretas) que de allí se desprenden para la instancia estatal (CUEVA, 1981, p. 259).

²⁶ No original: Al mismo tiempo, existen otros dos factores que van a influir poderosamente en la naturaleza del Estado capitalista en América Latina. Nos referimos, por una parte, a la forma en que en nuestros países se produce la construcción de los Estados nacionales. Esa *vía reaccionaria*, tal como la describiera el propio Cueva en *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, dotada de signos autoritarios y despóticos para garantizar la unificación e integración económica, va a impactar en el desenvolvimiento de las tareas estatales (TZEIMAN, 2017, p. 127).

Como vimos, os autores ainda destacam o caráter das relações de classe ao pensar esse tipo de Estado, tal dependência, no caso, também pode ser vislumbrada na interação entre a burguesia dominante dependente do plano doméstico e a classe burguesa dominante capitalista no plano internacional. Tal interação nos é particularmente interessante para ser destacada ao pensarmos as Relações Internacionais, visto que, como explica Halliday (2007), é comum a separação do que é doméstico do internacional, por exemplo, as próprias teorias realistas fazem isso ao defenderem a ideia de “caixa-preta” que apresentamos no capítulo 1.

A compreensão que Marini e Cueva apontam, que também foi destacado em Halliday, é de entender essas dinâmicas como inter-relacionadas. No sentido de que estão constantemente afetando um ao outro, nada é puramente internacional ou puramente nacional. A dinâmica do sistema capitalista requer essa relação.

Por fim, outro ponto de destaque diz respeito à atuação da burguesia. Em Marini (CUEVA et al., 1975) vimos que ela é essencial para o surgimento do Estado burguês, que por sua vez irá se desenvolver de acordo com o quanto sua burguesia nacional está desenvolvida. Além disso, ela é o ponto-chave para entender a formação do Estado, sua política, atuação e interesses nacionais e internacionais. Em Cueva (1986) esse entendimento do papel da burguesia da formação do Estado também aparece, no caso ele se refere a envergadura nacional dessa classe, determina e diferencia cada país da região. Para todos os efeitos, é reforçado o papel dessa fração de classe — seja ela industrial, comercial ou monopolista — na fundação do poder estatal e na relação com as outras classes inferiores.

Tais questões de semelhanças entre os autores já foram utilizadas, em certa medida, em algumas análises em Relações Internacionais. Por exemplo, aqui no Brasil, Berringer (BERRINGER; KOWALCZYK, 2017; BERRINGER; FORLINI, 2018) utilizou essas categorias em análises sobre a política externa brasileira e os processos de integração do Brasil e Chile. No caso, sua abordagem está ligada ao pensamento de Poulantzas, o qual apresentamos nos capítulos iniciais e que possui grande influência também no pensamento de Cueva e Marini.

Desse modo, queremos mostrar que a utilização de tais elementos na consideração da atuação estatal, entendendo as pressões exercidas pelas frações de classe sobre a burguesia dominante, seguindo as colocações dos autores que apresentado, não é inédito, mas sobretudo viável. Entender tais processos nas RI aponta para uma maior compreensão das dinâmicas

externas e internas das relações estatais, entender o papel das classes, da ideologia e as contradições inerentes ao sistema é algo que engrandece análises mais aprofundadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a consolidação das Relações Internacionais como um campo de estudo, as perspectivas marxistas não tiveram grande espaço — apesar de já ter ganho bastante ao longo dos anos —, mesmo possuindo grande influência nas demais áreas das Ciências Sociais e Economia. São perspectivas que visam oferecer uma análise abrangente das relações na sociedade e suas transformações, dos aspectos do modo de produção e das características da luta de classes na evolução do sistema capitalista, como também abordagens que consideram a historicidade da sociedade e das ideias que a mobilizam.

Esse espaço reduzido das abordagens marxistas nas RI pode ser explicada por uma série de fatores como a disciplina ter uma base anglo-americana desenvolvida em no pós-Segunda Guerra, as críticas de figuras proeminentes na área que atribuem um caráter reducionista e economicistas das análises marxistas, as alegações de que não existe uma teoria marxista sobre o Estado, portanto pouco teria de ser oferecido, entre outros. Contudo, é fato também que mesmo em tal situação, é possível encontrar grandes trabalhos que possuem uma perspectiva marxista e que se destacam no campo, os quais podemos citar Fred Halliday, Stephen Gill, Justin Rosenberg e Benno Teschke.

Além disso, existem trabalhos recentes importantes que buscam resgatar as contribuições marxistas de teóricos e teóricas como Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Nicos Poulantzas, Samir Amin, Manuel Sacristán, os teóricos e a elaboração da Teoria Marxista da Dependência, entre outros. São trabalhos que, em maior medida, visam questionar/desafiar abordagens tradicionais que possuem na área, oferecendo uma interpretação que considera a evolução do sistema capitalista, algo que nas Relações Internacionais, sobretudo em Teoria de Relações Internacionais, que, habitualmente, se distancia do tema.

O presente trabalho visou realizar algo nesse sentido, resgatando o pensamento marxista latino-americano para discutir uma noção tradicional da área, no caso, um dos aspectos mais importantes das RI e ri: o Estado. Como vimos, a ideia de Estado é costumeiramente utilizada como algo autoexplicativa ou autoevidente, isto é, que não precisa de explicações mais aprofundadas. Geralmente, a conceituação tradicional de um ente regulador soberano detentor do monopólio da força física em determinado território já é o bastante. Mesmo nas teorias centradas no Estado sua conceitualização não é aprofundada, salvo algumas correntes que questionam essa postura dentro própria teoria, como o realismo

neoclássico e outras abordagens que analisam a política externa a partir de condicionantes domésticos.

Nas correntes estado-cêntricas analisadas, destacam-se as perspectivas construtivistas encabeçadas por Alexander Wendt que oferece a interpretação do estado como um ser humano e, as abordagens marxistas que oferece explicações baseadas no estudo do capitalismo, no qual a formação e atuação de classes dominantes é essencial para compreender o caráter do Estado, sua função e atuação no sistema mundial, tendo por base os fatores históricos, sociais e econômicos.

É com base nesta última que os autores analisados, Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva, se inserem. Ambos partem da consideração do Estado como dependente na América Latina, ambos adotam uma perspectiva materialista histórica que caracteriza o marxismo para fazerem, ambos denotam as forças do sistema capitalista e suas interações entre classes dominantes externas e domésticas na constituição, na formação, na função e atuação de tal Estado. Desse modo, ao olhar o Estado, esses autores apontam a necessidade de entender suas raízes históricas e suas vinculações com o sistema mundial existente, percebendo como o capitalismo age na definição de blocos dominantes que dão face, corpo e núcleo a um Estado. Em outras palavras, eles abrem a “caixa-preta” e revelam sua verdadeira coloração.

Nosso trabalho visou, ao oferecer formas de entender o Estado latino-americano, apresentar formas que podemos nos basear para entender o Estado nas Relações Internacionais, fugindo de interpretações tradicionais que deixam a faltar em suas definições. Como apontamos, tal análise feita neste trabalho também pode adentrar no campo dos que entendem o conceito de Estado como polissêmico, sendo algo que não tem uma definição clara, ao depender de características históricas, geográficas, econômicas, culturais e sistemáticas para sua conceitualização, porém, acima de tudo que possui definição.

O presente trabalho não aspirou oferecer respostas definitivas ou resolver por completo os problemas apontados, na verdade, é algo que seria contraditório a ser feito ao ser considerado suas ferramentas analíticas. Além disso, a falta de conhecimento, necessário tempo e espaço impossibilita que algo próximo seja realizado.

Contrário a respostas definitivas, a nossa pesquisa gerou mais indagações a respeito das características dos Estados latino-americanos, questões de como o caráter de classe e a ideologia se relacionam e explicam a atuação de Estados, por exemplo, política externa que é

um tema caro a área das Relações Internacionais. Além disso, o questionamento a respeito do estadocentrismo e a prevalência de uma compreensão vestfaliana na conformação do campo de estudos. Ainda, em relação aos autores analisados, a relação e as diferenças entre o Estado contrainsurgente de Marini e o Estado fascista latino-americano que aparece nas obras de Cueva. Foram muitas perguntas cuja exploração por suas respostas fugiriam ao objetivo que pretendemos.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. What Is a Theory of International Relations? **Journal of International Affairs**, vol. 21, n. 2, 1967, p. 185–206.

BÁEZ, René. Vida y obra de Agustín Cueva. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 2, 9 set. 2016. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2604> Acesso em: 23 set. 2022.

BALDWIN, David. A. **Power and International Relations: A Conceptual Approach**. [s.l.] Princeton University Press, 2016

BAMBIRRA, Vania, **Teoria de la Dependencia: Una Anticrítica**, Serie popular Era, México, 1978.

BARMEO, Beatriz T.. Apresentação. In: TINAJERO, Fernando (Org.). **Agustín Cueva: Ensayos Sociológico y Políticos**. Coleção: Pensamiento Político Ecuatoriano Quito: Sector Público Gubernamental, 2012, p. 5-6.

BARROS, Marinana. A. O estado pós-positivista: uma análise a partir das perspectivas construtivista e pós-estruturalista das Relações Internacionais. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 1, p. 5-24, 18 ago. 2017.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n1p5>. Acesso em 23 set. 2022

BARTELSON, Jens. Second Natures: Is the State Identical with Itself? **European Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 295–326, set. 1998. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066198004003002>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. 1a edição ed. Curitiba, PR: Editora Appris, 2015.

_____. O conceito de Estado para os estudos realistas das relações internacionais: uma análise sobre a obra A política entre as nações de Hans Morgenthau. **Plural**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 16-37, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.142992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142992>. Acesso em: 13 jan. 2023.

_____.; KOWALCZYK, A. As burguesias brasileira e chilena e os dilemas da integração regional. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 1, p. 47-62, 25 nov. 2017. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n1p47>. Acesso em: 10 março. 2023

_____.; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 9, n. 48, p. 5–19, 2018. DOI: 10.22456/2178-8839.83713. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/83713>. Acesso em: 10 março. 2023

BICHIR, Maíra M. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

_____. APORTES DE RUY MAURO MARINI AO DEBATE SOBRE O ESTADO NOS PAÍSES DEPENDENTES. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 31, n. 84, p. 535–553, 2019. DOI: 10.9771/ccrh.v31i84.25831. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/25831>. Acesso em: 25 set. 2022.

BUGIATO, Caio; TRINDADE, Thiago. O Estado nas Relações Internacionais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol. 16, n 13, p. 39-52, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51981>. Acesso em: 07 mar. 2022.

_____. (Org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos Academy, 2020. 319 p.

_____. A cadeia imperialista das relações interestatais: a Teoria do Imperialismo de Nicos Poulantzas. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, v. 7, n. 2, p. 453–468, 28 out. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/13420/10321>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CUEVA, A. El Estado latinoamericano en la crisis del capitalismo. **Investigación Económica**, v. 40, n. 157, p. 257–271, 1981.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na América-Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983

_____. El estado latinoamericano y las raíces estructurales del autoritarismo. *In*: TINAJERO, Fernando (Org.). **Agustín Cueva: ensayos sociológicos y políticos**. Série Pensamiento Político Ecuatoriano. Quito–Equador: Ministerio de Coordinación de la Política y GAD, 2012. p. 143-156

_____. **Entre la ira y la esperanza**. Antología y presentación: Alejandro Moreano. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CUEVA, Agustín et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S. l.], v. 21, n. 82, 2021. DOI: 10.22201/fcpys.2448492xe.1975.82.80225. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/80225>. Acesso em: 17 nov. 2022.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert. L.. **Contending theories of international relations: a comprehensive survey**. 5th ed ed. New York: Longman, 2001.

ESTRELLA, Ulisses. Los Tzántzicos: Poesía de la indignación. **Hispanamérica**, Año 1, No. 3. May, 1973. pp. 81-85.

FALCETTI, Bruno. O Marxismo e a crítica da Política Internacional. **Political Observer | Revista Portuguesa de Ciência Política**, n. 10, p. 79-103, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/16>. Acesso em: 16 jan. 2024

HALLIDAY, Fred. Vigilantism in international Relations: Kubálková, Cruickshank and Marxist theory. **Review of International Studies**, v. 13, n. 3, p. 163–175, jul. 1987.

_____. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HOBSON, John. M. **The state and international relations**. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 2000.

HÖNE, Katharina. E. **The state-as-person in international relations theory**. 2014. 323 f. Tese (Ph.D. in International Politics) - Departament of International Politics, Aberystwyth University, UK, 2014.

KAUPPI, Mark V.; VIOTTI, Paul R.. **International relations theory**. Sixth Edition ed. Lanham: ROWMAN & LITTLEFIELD, 2020.

LAKE, D. A. **The State and International Relations**. [s.l.] Oxford University Press, 2008.

MARINI, Ruy M, Alianzas y compromisos en la democracia socialista. Extraído de Crisis y alternativas revolucionarias en América (I), **Editorial Compañero, Montevideo**, Uruguay, 1987. Disponível em:

<https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/8-Alianzas-y-compromisos-en-la-democracia-socialista.pdf> Acesso em: 20 de set. 2022.

MARINI, Ruy M. **Mémoria**, s.d. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marini/ano/mes/memoria.htm>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, 2018.

MARTIN, L. L. **Democratic commitments: legislatures and international cooperation**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

MENDES, Pedro E.. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **Relações Internacionais**, n. 61, p. 95–122, mar. 2019.

MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, v. 51, n. 4, p. 513–553, ed 1997.

MORGENTHAU, Hans J.. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, f. 547, 2003. 1152 p. (Clássicos IPRI).

NASCIMENTO, D. P N.; RIBEIRO, M E. S.. OS DILEMAS DA ATUAÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA NA DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET. **DIKÉ – Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe**, v. 8, n. 1, p. 75-94, 5 fev. 2021.

OMAR, Ali A. Is There Anything ‘New’ in Neoclassical Realism? **E-International Relations**, 2013. Disponível em:

<https://www.e-ir.info/2013/02/13/is-there-anything-new-in-neoclassical-realism/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PRADO, Maria. L. C. A trajetória de Agustin Cueva. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 203-206, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9608>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C.. **Metodologia do trabalho científico**. 2a ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

- RAMÍREZ, Tomás. Q. Tras las huellas de la sociología latinoamericana en la segunda mitad del siglo XX: Notas de dos ensayos de Agustín Cueva Dávila. **Sociología y Política HOY**, [S. l.], n. 7, p. 67–83, 2022. Disponível em: <https://revistadigital.uce.edu.ec/index.php/hoy/article/view/4053>. Acesso em: 04 out. 2022.
- RIBEIRO, A. M. M.; FERNANDES, V. T.. A trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini: notas sobre “estruturas de sentimentos” e o pensamento crítico latino-americano. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 7, n. 1, p. 100, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/15210>>. Acesso em: 12 maio 2023.
- SIDDAWAY, Andy P.; WOOD, Alex M.; HEDGES, Larry V. How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, 2019, p. 747-770.
- STIRK, Peter. Introduction: The Concept of the State in International Relations. In SCHUETT, Robert.; STIRK, Peter. M. R. (Orgs.). **The concept of the State in international relations: philosophy, sovereignty, cosmopolitanism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.
- TESCHKE, Benno. Repensando as relações internacionais: uma entrevista com Benno Teschke. Entrevista realizada por George Souvlis e Aurélie Andry. **Outubro Revista**. Edição 27. Nov. de 2016. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/entrevista-com-benno-teschke-repensando-as-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- TINAJERO, Fernando. Agustín Cueva, o la lucidez apasionada. In: TINAJERO, Fernando (Org.). **Agustín Cueva: Ensayos Sociológico y Políticos**. Coleção: Pensamiento Político Ecuatoriano. Quito: Sector Público Gubernamental, 2012, p. 9-34.
- TZEIMAN, Andrés. Agustín Cueva en la década de 1960: dilemas acerca de cultura e identidad ecuatoriana. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 57, 2017. ISSN: 1390-1249. Disponível em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50950468007> Acesso em: 30 ago. 2022.
- VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 111-143, 2011.
- WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992
- WIGHT, Martin. Why is there no International Theory? **International Relations**. 1960, ;2(1): p. 35-48.